

INTERESSE NACIONAL

ANO 19 • NÚMERO 75 • OUTUBRO-DEZEMBRO 2026

www.interessenacional.com.br e www.interessenacional.com

O Supremo nas eleições: o conluio é a mensagem

Joaquim Falcão

Victor Magarian

Desinformação como estratégia: extrema-direita, tecnofascismo e modulação

Sérgio Amadeu da Silveira

Corrupção, crime organizado e riscos à Democracia na iminência das eleições

Roberto Livianu

Tatiana Bicudo

Inimigos próximos: as relações Brasil-EUA no ano eleitoral

Anthony W. Pereira

Stanley A. Gacek

Eleições 2026: o eleitor por trás dos números

Renato Meirelles

Homens mais à direita, mulheres ao centro: o *gender gap* brasileiro

Luciana Fernandes Veiga

Nem fusão, nem exclusão: religião, política e democracia no Brasil

Magali Cunha

Como engajar eleitores fartos do polarizado fla x flu político?

Mariana Barbosa

IRICE))

INTERESSE
NACIONAL

INTERESSE NACIONAL

Ano 19 • Número 75 • Outubro–Dezembro de 2026

Editora
Marili Ribeiro

Editor Responsável
Rubens Antonio Barbosa

CONSELHO EDITORIAL

André Singer	Luis Fernando Figueiredo
Carlos Eduardo Lins da Silva	Luiz Bernardo Pericás
Claudio de Moura Castro	Miguel Lago
Daniel Feffer	Renato Janine Ribeiro
Eugênio Bucci	Ronaldo Bianchi
João Geraldo Piquet Carneiro	Roberto Livianu
Joaquim Falcão	Roberto Pompeu de Toledo
José Luis Fiori	Sergio Fausto

INTERESSE NACIONAL é uma revista trimestral de debates
focalizada em assuntos de natureza política, econômica e social.
Copyright © dos trabalhos publicados pertence a seus autores.

Direitos reservados à
ASSOCIAÇÃO INTERESSE NACIONAL
Av. Paulista, 326 – 15º Andar – Conjunto 157 – Bela Vista
01310-000 • São Paulo • SP • Brasil
Tel. (11) 98178 20 99

ARTE E PRODUÇÃO GRÁFICA
Via Corporativa Comunicação • viacorporativa@viacorporativa.com.br • Tel. (11) 4327-1000



atendimento@lemidia.com • (11) 3078-5840

www.interessenacional.com • ISSN 1982-8497

Imagem da capa: www.pixabay.com

Sumário

.....

ANO 19 • NÚMERO 75 • OUTUBRO – DEZEMBRO DE 2026

04 APRESENTAÇÃO

ARTIGOS

.....

05 O Supremo nas eleições: o conluio é a mensagem

Joaquim Falcão e Victor Magarian

10 Desinformação como estratégia: extrema-direita, tecnofascismo e modulação

Sérgio Amadeu da Silveira

16 Corrupção, crime organizado e riscos à Democracia na iminência das eleições

Roberto Livianu e Tatiana Bicudo

20 Inimigos próximos: as relações Brasil–EUA no ano eleitoral

Anthony W. Pereira e Stanley A. Gacek

26 Eleições 2026: o eleitor por trás dos números

Renato Meirelles

32 Homens mais à direita, mulheres ao centro: o *gender gap* brasileiro

Luciana Fernandes Veiga

39 Nem fusão, nem exclusão: religião, política e democracia no Brasil

Magali Cunha

44 Como engajar eleitores fartos do polarizado fla x flu político?

Mariana Barbosa

Apresentação

Ano 19 – número 75 – outubro/dezembro 2026

Às vésperas da eleição mais difícil e polêmica desde à volta do regime democrático ao Brasil, os articulistas da **Revista Interesse Nacional** abordam aspectos sobre o que afetará a escolha dos cidadãos, assim como os reflexos disso no resultado das urnas. Sem dúvida, o papel do Supremo Tribunal Federal contribui: “Mesmo quando silencia, o Supremo interfere. Sua inação age, com consequências quantitativas e qualitativas para as eleições. E isso chegará ao eleitor, aos partidos, à mídia, aos candidatos e a tantos outros”, resume um dos textos.

Outro ponto de destaque é a consciência de que desinformação não é apenas acidente de percurso nas redes digitais, nem efeito colateral indesejado da cultuada “liberdade de expressão” no ciberespaço, mas sim “estratégia de construção de hegemonia e um projeto de tomada do poder”. A questão é: a desinformação eleitoral contemporânea se alimenta de “fabricar” temas e distorcer acontecimentos para manter públicos alienados, em favor desta ou daquela tendência.

A corrupção em diversas esferas, naturalizada e generalizada no Brasil graças ao histórico de patrimonialismo, compadrio político e nepotismo, que remontam ao modelo das capitânias hereditárias, nunca favoreceu à implantação de políticas públicas anticorrupção, embora esse assunto sempre surja forte em períodos eleitorais. A inércia em torno do tema favorece o crescimento da infiltração do chamado crime organizado nas entranhas e nas estruturas públicas.

Os resultados das pesquisas são retratos de um momento, e não previsão de resultado. Se, por um lado, não contribuem para apontar resultado, suas pesquisas, usadas à exaustão, patrocinam entrevistas que permitem identificar tendências, rejeições e grupos mais ou menos propensos a mudar de opinião. A polarização continua organizando parte significativa da disputa presidencial. Os homens avançam mais para a direita e as mulheres se mostram relativamente mais moderadas, rumo ao centro. A religião, que nos últimos anos permeou disputas, segue defendendo pluralismo e autonomia do cidadão votar por convicção própria.

Alguma interferência dos EUA na eleição brasileira surge, nesta edição, avaliada pela dificuldade interna deles, com as eleições de meio de mandato, que podem alterar a correlação de forças no Congresso americano. Elas ocorrem em novembro, depois da eleição brasileira. Assim, o futuro das relações construtivas entre as maiores democracias do hemisfério segue em jogo.

BOA LEITURA, OS EDITORES.

O Supremo nas eleições: o conluio é a mensagem



■ **JOAQUIM FALCÃO** é membro da Academia Brasileira de Letras e conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Advogado pela PUC-Rio, mestre por Harvard e doutor em educação pela Universidade de Genebra



■ **VICTOR MAGARIAN** é advogado pela PUC-Rio, especialista em Direito Digital pela UERJ e mestre e doutorando em Direito Constitucional pela PUC-Rio. É membro da Comissão de Estudos Institucionais sobre o STF da OAB/RJ

■ O conluio

Em 4 de agosto deste ano, o presidente Lula reuniu-se com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e com o ministro do Supremo, Alexandre de Moraes. Em tese, acertaram a relação do Executivo com o Congresso. Na prática, não há informações oficiais sobre o que conversaram, negociaram, planejaram. Ou sobre o que discordaram. Nem precisa.

Faltavam apenas 61 dias para o primeiro turno. Não há como fugir: o tema foi, entre outros, as eleições.

Esta será uma das eleições gerais mais importantes da República. Muda, exceto nos municípios, toda a estrutura do poder. Do deputado estadual ao federal. Ao senador, governador, vice-presidente e presidente da República.

E, no dia 26 do mesmo mês, Lula se reuniu também com Hugo Motta. Mais uma reunião estratégica.

A negociação, as estratégias, as discordâncias e as concordâncias devem ter sido, inevitavelmente, a pauta.

Pois ela afeta a todos.

Os três Poderes serão afetados, pois têm interesse nos resultados. Trata-se da própria sobrevivência de seus ocupantes.

A reunião concretiza o conluio que os une.

Mas o que é conluio?

Chame-se pacto, acordo ou negócio, como queiram. O fato é que os ocupantes dos três Poderes querem continuar neles. Mesmo que tenham de controlar as eleições e o eleitorado. Reinterpretando a legalidade ou criando uma nova.

Como descrito no livro *A oligarquia dos poderes e a crise da democracia*, o conluio faz parte da estratégia de sobrevivência. Quando, em vez de se controlarem reciprocamente, como sonhado na Democracia Originária, importada por Rui Barbosa, os Poderes formam uma aliança. Não é difícil explicar o porquê. É óbvio. Palpável, como diria Gilberto Freyre.

No conluio, um poder não controla o outro poder como queriam Montesquieu, os franceses e os americanos. *Le pouvoir arrête le pouvoir*. Hoje, os freios e contrapesos estão afrouxados, quase inexistentes.

O presidente da República busca reeleição. Os presidentes do Senado e da Câmara também buscam sobrevida política e a própria reeleição de seus aliados e parentes no Congresso.

Também serão abertas três vagas no Supremo durante o próximo mandato. Sem contar a vaga deixada por Barroso. O que não é pouco. É quase um novo Supremo.

As escolhas dos sucessores afetarão a já fragmentada hierarquia interna da Corte. E as alianças, as interpretações da Constituição.

As eleições perturbam a todos. Somente entendendo como os Poderes se unem e formam uma futura oligarquia compreendemos as consequências para o Supremo.

Os Poderes não estão independentes entre si. Não existe harmonia. Existe, hoje, tensão entre eles. A oligarquia é um modo de transformar tensão em união.

O realismo constitucional que defendemos indica que não é o texto constitucional literal que conta. Não é o constituinte, embora autor do texto, que detém sozinho o poder.

São seus intérpretes.

São três círculos, cada vez menores. A Constituição limita a política. A interpretação afunila a Constituição. E o monocratismo afunila a interpretação: ao final, o que começou como vontade constituinte pode terminar como vontade de um só ministro.

Muda-se o ministro, muda-se a interpretação, muda-se o voto. Muda-se a instituição. Parodiando Camões, “todo o mundo é composto de mudança”. Neste caso, a mudança também representa risco democrático. Daí por que certos ministros se mexem e remexem para influenciar estas eleições.

Uma pergunta central permeia essa nossa análise: pode o árbitro influenciar o jogo eleitoral sem se transformar em jogador?

Nesta eleição, para além do TSE, o árbitro é o Supremo.

■ O Supremo é a comunicação

Como funciona este conluio oligárquico?

Antes de tentar responder, é necessário esclarecer.

Esta análise não é estritamente jurídica, dogmática. Nem uma importação kelseniana de conveniências antidemocráticas. Muito menos uma análise disciplinar. Ao contrário. Resulta de múltiplos olhares inter, intra e extradisciplinares. Diria até mesmo indisciplinados. Como tal, reúne reflexão sobre a sociopolítica da comunicação jurídica.

A análise comunicativa é indispensável, sobretudo nestes tempos de alta velocidade e de grande complexidade. Tempos de tecnologia da comunicação avançada. De predomínio da IA. Hoje, os acontecimentos ocorrem antes de poderem ser compreendidos.

Nesse contexto, o Supremo é, ele próprio, uma mensagem a ser captada. Obrigatoriamente por todos, eleitores ou não.

Existo, logo me comunico. Meu ser é minha mensagem.

É preciso ao menos apontar, para convencer você, leitor e eleitor, uma tipologia de como ocorre a influência do Supremo.

Como o Tribunal envia sua mensagem? Para quem? E com quais consequências?

Vamos por partes.

■ Quem é o Supremo emissor?

O senso comum, ajudado pela mídia, acredita que existe apenas um Supremo. Pela interpretação literal da Constituição e por seu sonho barbosiano, sim. Na análise comunicativa, não. As mensagens da Corte têm muitos emissores e milhões de receptores.

Há interesses de vários Supremos dirigidos aos cidadãos. Muitos acreditam haver 11 Supremos, mas a realidade é que são mais. Há pelo menos 17 fontes possíveis.

Vamos lá.

Pela Constituição, são 11 ministros, é verdade. Mas acrescentam-se, como fontes colegiadas, o Plenário e as duas Turmas: 14. No controle da pauta, temos, ainda, os presidentes das duas Turmas e a Presidência do Tribunal.

Daí chegamos a 17, ainda que alguns papéis sejam acumulados pela mesma pessoa. Dezesete vozes, cada qual com autonomia comunicativa. Todo presidente pode interferir na pauta. Os relatores podem conceder liminares e qualquer ministro pode pedir vista.

Vozes conflitantes. Um pode impedir que o outro vote. Uma decisão monocrática não referendada substitui a manifestação da Turma ou do Plenário.

Ao contrário do que se acredita, o Supremo não fala somente como colegiado. Falam todas as suas vozes, inclusive – e sobretudo – a voz de um só ministro.

Uma decisão monocrática, um pedido de vista ou de destaque ou até mesmo uma entrevista.

Dois exemplos. Em 2018, Ricardo Lewandowski, sozinho, autorizou Lula, então preso, a conceder entrevista durante a campanha presidencial. No mesmo dia, Luiz Fux, no exercício da Presidência, também sozinho, suspendeu a autorização. Em 2022, Alexandre de Moraes determinou, monocraticamente, o bloqueio das contas do PCO em seis plataformas digitais, em plena preparação eleitoral.

Nos dois casos, antes de falar o colegiado, falou o ministro, e sua decisão já produzia efeitos.

■ Como o Supremo envia sua mensagem

Ao contrário do senso comum, decidir nem sempre é escolher entre alternativas. Inclua-se o não decidir, que também é uma decisão contra as alternativas disponíveis: A, B ou C.

O caso das candidaturas avulsas é exemplar. Dois cidadãos tentaram concorrer à Prefeitura do Rio sem partido, em 2016. O tema chegou ao Supremo, que reconheceu sua relevância, mas não decidiu a questão a tempo. As eleições passaram. O mérito somente foi definido em 2025, nove anos depois do pleito. Durante todo esse tempo, não decidir significou manter a regra existente.

A omissão foi a mensagem.

Mesmo quando se silencia, o Supremo interfere. Sua inação age, com consequências quantitativas e qualitativas para as eleições. E isso chegará ao eleitor, aos partidos, à mídia, aos candidatos e a tantos outros.

A influência também vem do direito processual, tornado barroco, em larga medida, sob a liderança da grande especialista Ada Pellegrini Grinover. Embargos, agravos e qualquer outro ato processual também comunicam, adiando, adiando e adiando a decisão. Em nome do devido processo legal. Que, como sabemos, é uma expressão de grande elasticidade.

A decisão também pode ser formal ou informal. Formal é a ordem de retirada, o julgamento do registro, a cassação do diploma. Informal é a entrevista, o discurso, a frase publicada que antecipa uma posição.

A decisão formal obriga. A informal sinaliza.

A mensagem formal é a legal. As mensagens sopradas à mídia, em *off*, em geral, são ilegítimas. A democracia não precisa de um Supremo em *off*. Isso é inconstitucional, reflexo da fragmentação interna do próprio Supremo.

Em uma campanha, ambas influenciam.

O ato judicial também pode ser colegiado ou monocrático. O colegiado empresta à decisão o nome do tribunal. O individual troca instituição por personagem. Um relator conhece o processo, concede ou nega liminares e indica quando o caso está pronto. O presidente organiza a pauta. Tudo individualmente.

E o poder interno da presidência não se limita à pauta. Em 2019, Dias Toffoli,

então presidente, instaurou de ofício o chamado Inquérito das *Fake News* e designou Alexandre de Moraes como relator. Para tanto, interpretou o artigo 43 do regimento de forma elástica. O dispositivo se refere a infrações ocorridas na sede do Tribunal, mas Toffoli entendeu que “sede” significa também “internet”. Tal como Humpty Dumpty diz em *Alice através do espelho*, “quando eu uso uma palavra, (...) ela significa exatamente aquilo que eu quero que ela signifique”.

O Plenário validaria o inquérito somente depois. Antes da decisão colegiada, porém, sua existência e seu relator já haviam sido definidos. Sem sorteio. Por um único ministro.

O Inquérito das *Fake News* criou um Supremo dentro do Supremo. Seu relator ganhou poderes que atravessam os limites ordinários do juiz e do colegiado. Alexandre não precisa ser presidente do Tribunal: no inquérito, quando quer, preside.

As decisões do Supremo, por vezes controvertendo seu próprio regimento, influenciam até o tempo público do julgamento.

Tempo eleitoral não é tempo comum. Uma decisão depois do pleito pode ser inútil.

A decisão pode ainda ser legal e, ainda assim, ilegítima. Muitos acreditam que existe uma interpretação unívoca da lei. Estão errados.

O texto da lei não é necessariamente o texto da vida. Como reconhece o ministro Mendonça, a norma escrita é apenas o começo da interpretação judicial. Não o fim.

João Cabral de Melo Neto também advertia: “O mundo não é uma folha de papel, receptiva: o mundo tem alma autônoma, é de alma inquieta e explosiva”.

Ou, se preferirem, como Machado de Assis dizia, quando a democracia “deixa de ser sentimento para ser simplesmente forma, quando deixa de ser ideia para ser simplesmente feitio, nunca será democracia – será expertocracia”.

■ O tempo da decisão — antes, durante e depois

A influência judicial também muda conforme o momento.

Como em qualquer guerra ou disputa, há planos operacionais. A definição prévia das regras eleitorais e o manejo da pauta são decisivos.

A inelegibilidade de Jair Bolsonaro, declarada pelo TSE em 2023, inviabilizou sua candidatura nas eleições seguintes.

Em virada histórica, a anulação, pelo Supremo, das condenações de Lula na Lava Jato restituiu seus direitos políticos antes de 2022.

Duas influências antecipatórias.

No Supremo, incluir um caso antes da campanha pode estabilizar as regras; deixá-lo para depois pode tornar a resposta inútil.

Outros dois exemplos são pertinentes: o julgamento do artigo 19 do Marco Civil mudou, antes de 2026, os incentivos e as punições das plataformas de redes sociais; e o controle das emendas parlamentares, conduzido por Flávio Dino, limitou a circulação de recursos públicos em período próximo à eleição.

A questão das emendas é um exemplo concreto. Na ADPF 854, o Supremo exigiu transparência, rastreabilidade e controle para o dinheiro destinado aos parlamentares. Recursos financiam obras e serviços nas bases eleitorais. Condicionar, liberar ou bloquear sua execução afeta a visibilidade dos candidatos e, por óbvio, suas estratégias de reeleição.

Vale lembrar que a centralidade das Supremas Cortes no processo eleitoral não é exclusividade do Brasil.

No início dos anos 2000, Terry Fisher, importante professor da Harvard Law School e ex-diretor do Berkman Klein Center, já dizia: “A democracia americana está em perigo”. O motivo era a eleição de George W. Bush, que não foi decidida apenas pelo voto. Em dezembro de 2000, decisão da Suprema Corte suspendeu a recontagem de votos na Flórida e deixou prevalecer o resultado certificado em favor de Bush, prejudicando Al Gore.

É uma democracia de desigualdades eleitorais.

■ Destinatários: quem recebe a decisão

Por fim, toda decisão/mensagem tem destinatários.

O primeiro é o candidato. Quer saber se pode concorrer, impulsionar conteúdos e permanecer eleito. Campanhas grandes consultam os melhores advogados e têm acesso pleno à tecnologia. As pequenas sentem mais cada nova obrigação.

Uma regra abstrata pode produzir custos concretos. E desiguais.

O segundo é o eleitor. Recebe proteção contra falsificações, mas também corre o

risco de receber proteção contra si mesmo. Combater a fraude não pode significar tutelar a opinião. Não se censura sátira nem crítica.

O terceiro é a mídia, que se divide.

As *big techs* são simultaneamente destinatárias e executoras. Recebem ordens, desenham sistemas algorítmicos e decidem, muitas vezes discricionariamente, o que ficará visível. Suportam custos. Em troca, recebem poder.

A mídia tradicional traduz decisões, escolhe destaques e transforma juridiquês em narrativa pública. Se o tribunal fala mal, outros falarão por ele. Se fala por vozes individuais, a divergência vira torcida.

Por isso, a comunicação não é acessória. É prestação de contas. Deve informar quantos conteúdos foram atingidos, por quais critérios, a pedido de quem e com qual resultado prático.

Quem restringe a comunicação tem ainda mais obrigação de se comunicar.

■ O destinatário final

Há ainda um destinatário que precede todos: a democracia. Mas qual democracia?

A democracia que temos é judicializada. Iníqua. Desigual. Tribunais contiveram ataques à ordem constitucional. Ao fazê-lo, acumularam poder. Plataformas ampliaram vozes. Ao fazê-lo, concentraram visibilidade. Campanhas falam diretamente ao eleitor. Ao fazê-lo, escapam dos antigos filtros.

De um lado, a oligarquia algorítmica. De outro, a tutela judicial. Entre ambas, o eleitor.

A democracia que queremos não dispensa o Judiciário, tampouco o transforma em curador da opinião pública.

Precisamos de um Supremo que aplique regras comuns, por meio de decisões colegiadas, sempre que possível. As monocráticas, só quando a urgência for real. E que garanta uma revisão rápida quando houver erro.

Cinco perguntas resumem o teste: quem tem competência? A regra vale para todos? Qual é a urgência? Qual foi o efeito real? Como a decisão será explicada?

O Supremo terá influência nas eleições de 2026. Isto é inevitável. A questão é como, sobre quem e para quê.

Se sua comunicação for institucional, verificável e coerente, permitirá que os interesses disputem sob regras comuns. Se for pessoal, opaca ou casuística, reforçará a percepção de que poucos mandam no campo em que muitos votam.

Pauta transparente, pedidos de vista com prazo e justificativa, critérios iguais e dados públicos.

A democracia só funciona quando o verdadeiro árbitro escolhe.

O eleitor. ■

Desinformação como estratégia: extrema-direita, tecnofascismo e modulação



■ **SÉRGIO AMADEU DA SILVEIRA** é sociólogo e professor titular da Universidade Federal do ABC (UFABC). Graduado em Ciências Sociais com mestrado e doutorado em Ciência Política pela USP

A desinformação não é acidente de percurso das redes digitais, nem efeito colateral indesejado da liberdade de expressão no ciberespaço. Ela é uma estratégia de construção de hegemonia e um projeto de tomada do poder. Trata-se de conjunto deliberado de técnicas, operadores, empresas e narrativas articulados para modular a atenção, capturar a percepção e conduzir o comportamento eleitoral de milhões de pessoas. A modulação é o processo pelo qual os sistemas algorítmicos filtram, classificam e direcionam nossa atenção, nossos afetos e nossas visões de mundo. A desinformação eleitoral contemporânea é uma de suas expressões mais cínicas: fabricar um fato que não existiu, ou distorcer fato existente, para alimentar as amostras que as plataformas oferecem a públicos previamente selecionados.

Ao contrário do que a ingenuidade tecnológica sugere, essa desinformação não brota espontaneamente do caos das redes. Ela é planejada em escritórios, financiada por campanhas, operada por “fazendas” de perfis falsos e vendida como serviço político. A desinformação deixou de ser recurso tático de ocasião ou mentira tradicionalmente contada por políticos. Ela se tornou estratégia estrutural da extrema direita internacional, articulada a um projeto mais amplo concebido por neoliberais que romperam com a democracia e que teve a adesão dos bilionários do Vale do Silício. O filósofo da extrema direita, Nick Land, no início do texto *The Dark Enlightenment* (2022), indica a sentença paradigmática do neofascismo, pronunciada em 2009, pelo criador o PayPal, sócio de diversos investimentos tecnológicos e fundador da Palantir, Peter Thiel: “*I no longer*

believe that freedom and democracy are compatible” (tradução livre: “Já não acredito que liberdade e democracia sejam compatíveis”).

As teorias funcionalistas clássicas da comunicação de massa propunham que as mensagens bem estruturadas podem atingir o público como uma “bala mágica”. Um exemplo disso era a abordagem de Harold D. Lasswell em seu estudo *Propaganda Technique in the World War*, publicado pela primeira vez em 1927. Essas teorias buscavam mostrar a capacidade do controlador do canal da comunicação de massas manipular a opinião pública. Sem dúvida, existem tentativas de manipulação, mas Jesús Martín-Barbero (2008) promoveu o deslocamento “dos meios às mediações” e demonstrou que a comunicação não pode ser compreendida apenas pela mensagem emitida ou pelos efeitos da mídia. A mesma mensagem pode ser apropriada, reinterpretada e ressignificada de modos distintos por diferentes grupos sociais.

A Internet alterou o ecossistema comunicacional. Cresceu como rede distribuída em que qualquer pessoa pode publicar sem a necessidade de autorização prévia. O difícil da Internet não é mostrar um conteúdo, é ser visto. Com o predomínio das redes sociais on-line, a visualização ficou sob controle de regras invisíveis operadas por sistemas algorítmicos de plataformas controladas por bilionários do Vale do Silício. Todo movimento realizado pelo usuário em uma plataforma digital, quanto tempo ficou em uma página, os links que foram clicados são recolhidos pelos sistemas algorítmicos, convertidos em dados que são processados para conformar o perfil de cada pessoa na rede social. A economia da difusão foi substituída pela economia da atenção.

Desse modo, a publicidade e a propaganda podem ser precisamente dirigidas. Não se produz mais um discurso único e amplo. O que se faz é segmentar públicos, testar narrativas em pequenos grupos, medir o engajamento gerado e escalar aquilo que funciona. A desinformação eleitoral da extrema direita segue exatamente esse padrão. É testada, ajustada e distribuída por meio de sistemas de *microtargeting*, redes de *bots* e operadores da “guerra política digital”, indústria que atravessa fronteiras nacionais e movimenta somas consideráveis de dinheiro.

Esse é o ponto central que sublinho: a desinformação nas eleições atuais não tem sido produzida por pessoas comuns equivocadas, enganadas por notícias falsas isoladas. Ela resulta de engenharia de modulação eleitoral concebida por consultores e especialistas, financiados por fortunas privadas e amplificada pela arquitetura de atenção das próprias plataformas. Ela tem nome, endereço, contrato e conta bancária. O caso do consultor argentino Fernando Cerimedo talvez seja o retrato mais nítido, e mais escandaloso, dessa engenharia em operação na América Latina.

■ Cerimedo: a fábrica de desinformação em ação

Fernando Cerimedo é dono do portal *La Derecha Diario* e atuou como estrategista digital nas campanhas de Javier Milei, na Argentina, aproximando-se também de Jair Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro no Brasil. Em 2022, após o segundo turno das eleições presidenciais brasileiras, Cerimedo realizou transmissão ao vivo na qual apresentou suposto dossiê contendo fraudes nas urnas eletrônicas do Brasil. O documento sem qualquer comprovação técnica, desmentido pelo Tribunal Superior Eleitoral e pela imprensa especializada, circulou amplamente entre apoiadores do bolsonarismo, alimentando o imaginário golpista que desembocaria nos atos de 8 de janeiro de 2023.

Em campanha para Milei, o próprio Cerimedo admitiu publicamente, em entrevista ao jornal argentino *La Nación*, recorrer a “fazendas de trolls” para engajar seu candidato e atacar adversários. Não se trata de opinião pública espontânea: trata-se de linha de produção de conteúdo, coordenada para simular organicidade e produzir a sensação de consenso onde não há. A desinformação é fabricada em quantidade suficiente para gerar sensação de caos informacional. Mesmo as pessoas mais atentas ficam confusas, sem saber em que acreditar.

Em agosto de 2026, o nome de Cerimedo voltou às manchetes de forma dramática: ele foi preso na Bolívia, suspeito de ser o mandante de atentado a tiros contra a advogada e ativista boliviana Nadia Beller, sua ex-companheira, que sobreviveu fingindo estar morta. Nas buscas realizadas em imóveis ligados a ele, a polícia boliviana encontrou “fazenda de bots” em funcionamento e apreendeu valores expressivos em diferentes moedas. Cerimedo também responde por acusações de enriquecimento ilícito, lavagem de dinheiro e tráfico ilegal de ouro.

O mais relevante para a nossa análise, contudo, não é o crime pessoal que lhe é imputado, mas a rede política e tecnológica que o caso expôs. Segundo reportagem do *The Economist*, Cerimedo é sócio de negócios de Brad Parscale, ex-gestor da campanha de Donald Trump em 2020, e foi descrito pela publicação britânica como o homem do MAGA (*Make America Great Again*) na América Latina. De acordo com investigações jornalísticas, Milei pagava a Cerimedo até US\$ 800 mil mensais para operar campanhas de desinformação digital em seu favor. O mesmo operador é apontado como fio condutor entre a extrema direita argentina, o entorno de Bolsonaro no Brasil, o governo boliviano de Rodrigo Paz e o círculo político de Donald Trump nos Estados Unidos, configurando rede transnacional de modulação eleitoral de extrema direita.

O caso Cerimedo não é um escândalo de crônica policial. É a evidência empírica de uma estratégia e de uma estrutura. O que foi exposto é a existência de uma

indústria da desinformação política, com operadores especializados, tecnologia de segmentação de públicos, financiamento robusto e trânsito fluido entre diferentes países, todos articulados por uma mesma agenda de extrema direita. A modulação da opinião pública deixou de ser conduzida somente pelos algoritmos das plataformas. Sua operação é construída e gerenciada por consultores que buscam acionar esses sistemas algorítmicos das *Big Techs* para produzir efeitos eleitorais específicos.

■ Tecnofascismo: doutrina de bilionários do Vale do Silício

Esse fenômeno latino-americano não pode ser compreendido isoladamente das transformações ideológicas em curso no coração do capitalismo de plataforma: o Vale do Silício. Em abril de 2026, a Palantir Technologies, empresa de análise de dados fundada por Peter Thiel e dirigida por Alex Karp, cujos softwares sustentam operações do ICE nos Estados Unidos e sistemas de vigilância utilizados por Israel, publicou em suas redes resumo de 22 pontos do seu livro *A República Tecnológica* (2025). O documento, que rapidamente ficou conhecido como “Manifesto Tecnofascista”, afirma que a elite de engenharia do Vale do Silício tem dever moral de participar da defesa dos Estados Unidos, que os valores humanistas liberais se tornaram obsoletos, que será necessário preparar soluções de IA para a guerra, além de realizar a defesa supremacista da cultura dos EUA.

Alex Karp, escreveu no resumo, nomeado de Manifesto Tecnofascista: “Os limites do *soft power*, da retórica eloquente por si só, foram expostos. A capacidade de sociedades livres e democráticas prevalecerem exige algo mais do que apelo moral. Exige poder coercitivo, e o poder coercitivo neste século será construído sobre software.” Ao publicar esse manifesto no canal oficial da Palantir no X, ex-Twitter e agora dominado por Elon Musk, Alex Karp e sua corporação realizam chamado à formação de um EUA autoritário sustentado pelo desenvolvimento de sua capacidade de vigilância tecnológica e poder letal. O manifesto, aplaudido pelo Vale do Silício, é expressão pública da aliança entre o capital financeiro tecnológico e a extrema direita, fundada não apenas na violência tradicional, mas na vigilância digital, na análise massiva de dados e na modulação e manipulação da opinião pública, com expressão mais evidente no trumpismo.

Não é coincidência que esse mesmo núcleo de bilionários, Peter Thiel, Alex Karp, Elon Musk e outros nomes ligados ao movimento de “aceleracionismo efetivo” e ao “tecno-otimismo”, tenha investido pesadamente em campanhas eleitorais de extrema direita ao redor do mundo, ao mesmo tempo em que constrói a infraestrutura tecnológica de vigilância que hoje serve à administração Trump. A Palantir, segundo diversas reportagens internacionais, tornou-se peça central

da máquina de deportação do ICE e mantém contratos bilionários com o governo americano, além de vínculos operacionais com o aparato de inteligência de Israel.

O tecnofascismo é doutrina em formação, que combina o mais avançado aparato de coleta e processamento de dados pessoais com visão de mundo autoritária, que despreza a deliberação democrática e celebra a concentração de poder tecnocrático nas mãos de poucas corporações e de seus proprietários. A desinformação eleitoral, nesse quadro, deixa de ser efeito colateral e passa a ser compreendida como ferramenta funcional a esse projeto: ela desorganiza o debate público, mina a confiança nas instituições eleitorais e cria terreno fértil para líderes que prometem, eles mesmos, romper com os “entraves” da democracia liberal, exatamente o roteiro seguido por Cerimedo em relação às urnas eletrônicas brasileiras e por outros operadores em campanhas na Argentina, na Bolívia e em outros países da região.

■ Modulação, extrema direita e a arquitetura da atenção

As plataformas de relacionamento on-line não criam os discursos que nela circulam. Quem produz o conteúdo são seus usuários, sejam eles pessoas, corporações ou operações políticas coordenadas. O que as plataformas fazem, por meio de seus sistemas algorítmicos, é distribuir, filtrar e destinar esses discursos a segmentos específicos, de acordo com critérios de impacto e engajamento. Para modular, não é necessário criar mentira: basta encontrá-la, ou fabricá-la uma única vez, e destiná-la, por meio de anúncios pagos, redes de *bots* e comunidades fechadas, aos públicos mais suscetíveis a acreditar nela e a replicá-la.

É assim que operadores como Cerimedo funcionam: não como jornalistas ou como líderes de opinião, mas como técnicos da modulação, capazes de identificar o agente modulável, construir seu perfil comportamental e endereçar a mensagem certa ao público certo, no momento eleitoral certo. A «fazenda de *bots*» encontrada em seus imóveis na Bolívia não é curiosidade policial: é a materialização concreta do estágio de “acompanhamento cotidiano” do processo de modulação, aquele que garante que o conteúdo desinformativo seja replicado de forma constante e aparentemente orgânica.

A monetização das plataformas, aliada à lógica do espetáculo, faz o resto: conteúdos falsos, por serem mais chocantes e mais compartilháveis, tendem a gerar mais engajamento do que a informação verificada e sóbria, produzindo lucro para as próprias corporações que hospedam essas operações. A extrema direita descobriu e vem aperfeiçoando ano após ano essa vulnerabilidade estrutural do modelo de negócios das *big techs* e passou a tratá-la como ativo estratégico de

campanha, com orçamento, metas e prestação de contas, como demonstram os valores mensais que Cerimedo recebia de Milei.

■ Urgência da regulação democrática

Em *Democracia e os Códigos Invisíveis*, sustentei que os sistemas algorítmicos só poderão servir à democracia se forem transparentes e governáveis. Invisíveis, ocultos ou obscuros, eles não podem ser socialmente auditados e, portanto, não podem ser democraticamente controlados. O caso Cerimedo e o chamado Manifesto Tecnofascista da Palantir são exatamente a confirmação prática dessa tese: de um lado, operadores que exploram a opacidade dos algoritmos de distribuição de conteúdo para modular eleições inteiras; de outro, os próprios donos da infraestrutura tecnológica anunciando, com todas as letras, que pretendem subordinar a política à lógica de dominação corporativa e militar, dispensando os “entraves” do humanismo liberal e da deliberação democrática.

Além disso, os sistemas automatizados chamados de IA generativa, controlados pelo Vale do Silício, permitem criar com facilidade imagens, cenas e diálogos sonoros ficcionais. Assim, temos o *deep fake*, a criação de vídeos e áudios hiperrealistas, mas que foram criados sinteticamente pela IA. As autoridades eleitorais temiam que essa técnica piorasse o cenário de desinformação eleitoral. Sem dúvida, forjar situações que não existiram com imagens contundentes ainda pode ocorrer, mas o que mais preocupa os pesquisadores que acompanham as *big techs* é que elas utilizem seus *chats* para induzir o eleitorado a votar em candidaturas da extrema direita. Imagine na véspera das eleições, uma pessoa que não acompanha a política perguntando ao *chat* de um Grande Modelo de Linguagem (GPT, Claude, Gemini, Grok, etc.) em quem deve votar para Senador ou qual o melhor candidato ao Senado.

Diante desse quadro, não basta a indignação moral. É preciso retomar a agenda da regulação democrática das plataformas digitais e dos sistemas algorítmicos de relevância pública. Isso significa, entre outras medidas: garantir a transparência do modelo e do código-fonte dos sistemas de recomendação e distribuição de conteúdo político; assegurar o conhecimento aberto de seus parâmetros, finalidades e operações; expor quais bancos de dados alimentam os perfis eleitorais; instituir mecanismos de auditoria externa permanente; criar prazos e procedimentos para correção de vieses antidemocráticos; e, sobretudo, nomear responsáveis, humanos, identificáveis e responsabilizáveis pela operação algorítmica e por suas consequências políticas. “Foi o algoritmo” não pode seguir sendo desculpa aceitável, tampouco pode seguir sendo desculpa aceitável a

alegação de que desinformação é obra de agentes isolados e não de uma indústria política organizada.

O neoliberalismo, em sua fase atual, rompeu com a democracia e se associou abertamente com o tecnofascismo dos bilionários do Vale do Silício. Unidos, resistem a qualquer proposta de regulamentação, sob o argumento de que caberia apenas ao mercado desenvolver e operar essas tecnologias. Mas é justamente essa recusa em regular que permite a proliferação de caixas-pretas, de fazendas de *bots*, de dossiês fraudulentos sobre urnas eletrônicas e de manifestos que dispensam a própria ideia de democracia. Se quisermos preservar minimamente a possibilidade de eleições livres, informadas e disputadas em condições de igualdade, será preciso disputar, com a mesma intensidade com que a extrema direita disputa os algoritmos, o direito da sociedade de conhecer, auditar e regular as estruturas invisíveis que hoje decidem o que vemos, o que sentimos e, cada vez mais, em quem votamos. ■

■ Referências Bibliográficas

BLUNDELL, Dean. The Oligarch Who Built America's Surveillance State, Peter Thiel, Just Bought An Escape Hatch In Argentina. Ask Yourself What He Knows. Substack, on-line, May 31, 2026. Link: <https://deanblundell.substack.com/p/the-oligarch-who-built-americas-surveillance> Acesso 05/09/2026.

EHL, David. O que diz o manifesto da Palantir, que promove “armas de IA”. DW on-line, 22 de abril de 2026. Link: <https://www.dw.com/pt-br/o-que-diz-o-manifesto-da-palantir-que-promove-armas-de-ia/a-76897062> Acesso 05/09/2026.

EL DEBER. Quién es Fernando Cerimedo, el asesor de Milei y otros políticos de derecha acusado en Bolivia de ordenar un ataque de sicarios contra su pareja. Mundo BBC, on-line, Viernes, 21 de agosto de 2026. Link: <https://eldeber.com.bo/bbc/quien-es-fernando-cerimedo-el-asesor-de-milei-y-otros-politicos-de-derecha-acusado-en-bolivia-de-ordenar-un-ataque-de-sicarios-contra-su-pareja-20268218434> Acesso 05/09/2026

GALZO, Wesley. Estrategista de Milei, Cerimedo fez “live” com fake news sobre urnas eletrônicas. CNN Internacional, 23/10/2023, on-line. Link: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/estrategista-de-milei-cerimedo-fez-live-com-fake-news-sobre-urnas-eletronicas/> Acesso 05/09/2026

KARP, Alexander C.; ZAMISKA, Nicholas W. A república tecnológica: Tecnologia, política e o futuro do ocidente. Editora Intrínseca, 2025.

KOLLMANN, Raúl Kollmann. Fernando Cerimedo seguirá detenido y se complica su situación judicial. Página 12 online, 03 de septiembre de 2026. Link: <https://www.pagina12.com.ar/2026/09/02/fernando-cerimedo-seguira-detenido-y-se-complica-su-situacion-judicial/> Acesso 05/09/2026

LAND, Nick. The dark enlightenment. Imperium Press, 2022.

LASSWELL, Harold D. Propaganda technique in world war I. MIT press, 1971.

LOALZA, Yalilé. De la campaña de Milei a una celda en Bolivia: la caída de Fernando Cerimedo y el imperio de La Derecha Diario. Equador Chequea, on-line, septiembre 1, 2026. Link: <https://ecuadorchequea.com/cerimedo-negre-la-derecha-diario-desinformacion-latinoamerica/> Acesso 05/09/2026.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. In: Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. 2008. p. 356-356.

MON, Hugo Alconada. “Milei es dócil”, dice el consultor que está detrás de los trolls del candidato libertario. La Nación on-line, 8 de mayo de 2023. <https://www.lanacion.com.ar/politica/milei-es-docil-dice-el-consultor-que-esta-detras-de-los-trolls-del-candidato-libertario-nid07052023/> Acesso 05/09/2026

THE ECONOMIST. MAGA's man in LatAm. On-line, Dec 9th 2025. Link: <https://www.economist.com/the-americas/2025/12/09/magas-man-in-latam> Acesso 05/09/2026

SCHNEIDER, Marco. Hegel e a desinformação digital em rede. *Ciência da Informação*, p. 251, 2022.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. "A noção de modulação e os sistemas algorítmicos". *Paulus: Revista de Comunicação da FAPCOM*, v. 3, n. 6, 2019.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. *Democracia e os códigos invisíveis*. São Paulo: Sesc, 2019. (Coleção Democracia Digital).

Corrupção, crime organizado e riscos à Democracia na iminência das eleições



■ **ROBERTO LIVIANU** é procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo, doutor em Direito pela USP, idealizador e presidente do INAC – Instituto Não Aceito Corrupção



■ **TATIANA BICUDO** é procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo e diretora da Escola Superior do Ministério Público. É doutora em Direito pela USP

Por força do artigo 15 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, já se assegurava à sociedade o direito de exigir prestação de contas a todo agente público por sua administração.

Fazendo um retrospecto histórico, há algumas décadas prevaleceu a hoje sabidamente anacrônica Teoria da Graxa (*Greese Theory*), segundo a qual, seriam necessárias sempre certas doses de corrupção para movimentar as engrenagens da cadeia econômica.

A partir deste raciocínio esdrúxulo, seria possível alguém argumentar em favor da função social do tráfico de drogas, pois gera empregos. Nessa lógica, por que não defender o tráfico de pessoas? E por aí vai.

O fato é que na década de 1970 a corrupção era naturalizada e generalizada ao ponto de ser permitido legalmente até seu abatimento no Imposto de Renda pelo Código Tributário francês.

O escândalo *Watergate* levou à renúncia de Nixon e à edição da *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA), marco legal divisor de águas no mundo no enfrentamento da corrupção, a partir do qual eclodiu o movimento internacional anticorrupção e a construção das políticas mundiais de *compliance*.

Quando Donald Trump suspendeu, em 2025, por Decreto, a FCPA nos EUA, promoveu, inacreditavelmente, um retrocesso de décadas no combate à corrupção. Entretanto, o mecanismo já se sedimentou culturalmente em todo o mundo hoje.

Ouve-se muito o argumento da decantada cultura de corrupção. De fato, há, no Brasil, histórico patrimonialismo, compadrio político, nepotismo, e isto remonta, de certa forma, ao modelo das capitânias utilizado pelos lusos a partir de 1500. Mas até quando vamos nos lamuriar por isto? Precisamos encontrar nosso próprio caminho republicano e implantar nossa política pública anticorrupção.

Quando a lei de improbidade se enfraqueceu, em 2021, quase o nepotismo se legalizou, o que o então deputado federal e líder do governo Ricardo Barros classificou como *grande virtude da gestão pública*. Infelizmente, ao longo do tempo, sofremos perda progressiva de credibilidade das instituições e da confiança interpessoal.

Quando esta credibilidade é minada, produz-se fissura democrática. A corrupção significa uma forma de apodrecimento, e temos vivido tempos de impunidade da corrupção, o que acaba agravando ainda mais o processo de perda da credibilidade.

■ Falta de vontade política + letargia social

No mundo em geral, há a percepção disseminada de falta de vontade política de enfrentar a corrupção. Serve como marketing de campanha, mas depois da campanha, não se concretiza a política pública. No Brasil, o problema é pior, porque é muito baixo, ainda, o grau de consciência em relação à gravidade do problema. Há um *gap* informacional e de educação, o que contribui decisivamente para a naturalização e a letargia da sociedade diante da corrupção.

Corrupção há no mundo todo, inclusive na Dinamarca e na Nova Zelândia (países que, segundo a Transparência Internacional, há índices muito positivos de percepção da corrupção). A questão é como se previne, como se pune, como se controla pois ela jamais será extinta, como extintas jamais serão a desigualdade e a violência – são utopias.

A partir dos anos 1980 e 1990, começa uma construção que se conclui em 1997 – a Convenção da OCDE (Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico), considerada ponto da virada internacional contra a corrupção. No artigo 5º está prevista a impossibilidade de se deixar de punir a corrupção, sob o argumento de dano à cadeia econômica produtiva.

Desse modo, atende-se ao interesse dos empreendedores íntegros em ver punidos os corruptos por tornarem nebuloso e imprevisível o mercado, com quebra da lisura dos negócios e da confiança, sem a prevalência do salve-se quem puder.

De lá para cá, tivemos muitos avanços em nível mundial, e, em muitos países, a corrupção está contida, enquanto, no Brasil, ela está totalmente fora de controle. Tal se dá, especialmente, por não termos, como nunca tivemos, uma política pública anticorrupção. Pelo contrário: em nossa história, sempre vigeu a cultura do compadrio, o patrimonialismo arraigado e a falta de transparência.

A partir daí, tivemos marcos legais importantes, como a Lei de Improbidade, a Lei da Ficha Limpa, a Lei da Delação Premiada, a Lei Anticorrupção, a Lei de Acesso à Informação, a Lei das Estatais, entre outras. Em 2014, a Lava Jato apresentou-se como força-tarefa envolvendo Ministério Público Federal, Polícia Federal e Receita Federal, atuando de forma colaborativa no enfrentamento da corrupção de grosso calibre.

Foram apresentadas pelos procuradores da República as Dez Medidas contra a Corrupção (sem prévio debate com os demais ramos do Ministério Público), com 2,5 milhões de assinaturas, que foram recebidas pelo Congresso, pela forma como tudo ocorreu, como algo impositivo. Sentindo-se afrontados, aquele foi o ponto de inflexão a partir do qual se inicia um processo de desmonte do instrumental jurídico de proteção ao patrimônio público.

A nova lei de abuso de autoridade foi o primeiro ovo da serpente, com nítido propósito de retaliação contra magistrados e membros do MP, sem qualquer previsão de punição a congressistas por atos de abuso de poder. As sequenciais anistias aos partidos, o desmonte da Lei de Improbidade em 2021 e da Lei da Ficha Limpa são novas evidências que sinalizam a continuidade deste lamentável processo.

Além disso, deparamo-nos com um bolo das emendas parlamentares que cresceu em valor mais de 31.000%, em 12 anos, atingindo, neste ano, 60 bilhões, ultrapassando a dotação de 30 dos 39 ministérios, enquanto, no mesmo período, o salário-mínimo cresceu pouco mais de 100%. É a quebra visceral do princípio da separação dos poderes.

A resistência à PEC da Blindagem em 21 de setembro foi um oásis num deserto de letargia social. Espera-se que seja o início de um novo tempo com mais consciência, mobilização e luta em prol da integridade, por um país mais justo para a nossa e para as futuras gerações.

Repete a segunda pior nota da série histórica do Índice de Percepção da Corrupção Liderado por Dinamarca, Finlândia, Singapura – Brasil na posição 107 de 182 países. No fim da lista, estão Sudão do Sul, Somália, Venezuela.

O nível de democracia global de 2023, segundo o Instituto V-Dem, é o menor desde 1985. Desde 2009, o número de populações ao redor do mundo que vivem em países em processos de autocratização ofusca o de populações em países em democratização. O declínio da democracia é mais gritante nas Regiões Subsaariana, na Europa Oriental e do Sul, na América Latina e na Ásia Central.

Para podermos compreender melhor a democracia no contexto mundial, é importante examinar o relatório V-Dem, maior *dataset* sobre democracia, produzido pelo Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Gotemburgo, com mais de 31 milhões de dados sobre 202 países desde 1789 até 2023.

Este relatório envolve 4.200 acadêmicos e outros *experts* e mede mais de 600 diferentes atributos da democracia. O trabalho dessa equipe já produziu cerca de 30 milhões de dados. Concluiu-se que 60 países se encontram em processos de transição para a autocratização, tendência mundial.

Países da América Latina e Caribe seguem contrários à tendência mundial. Os níveis de democracia crescem e países maiores se tornam mais democráticos que os menores. O mundo está dividido entre 91 democracias e 88 autocracias. A população mundial se divide entre 71% (5,7 bilhões) de pessoas vivendo em regimes autocráticos. Isso representa um aumento de 48% em 10 anos.

Assim, em 2003, apenas 7% da população vivia em processos de autocratização contra 35%, em 2023, ao passo que 5% da população (400 milhões) mundial vive em processos de democratização. Apesar de tudo, o Brasil contribui com metade desse índice com 216 milhões vivendo em regime democrático. Processos de democratização apresentaram significativa baixa em 20 anos. Em 2003, 35 países estavam em processos de democratização. Em 2023, apenas 18 países.

Por outro lado, 11 países, em 2003, estavam em processo de autocratização, contra 42, em 2023. Prognósticos para o futuro: A tendência é que países em número cada vez maior apresentem sinais de deterioração democrática, apontando-se para o crescimento ainda maior no número de autocracias.

■ Crime organizado e a deterioração da democracia

Estudos recentes da Secretaria de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de 2023, identificaram a existência de 72 diferentes facções

nascidas no sistema prisional brasileiro, e duas delas com atuação transacional, Comando Vermelho (CV), oriundo do sistema prisional carioca nos anos 70, e Primeiro Comando da Capital (PCC), oriundo do sistema prisional paulista em 1993.

Estes grupos exploram mercados diversos, não somente a narco traficância e o tráfico de armas, mas também diversos outros tipos de economias ilegais, desde os crimes ambientais, com garimpo ilegal, desmatamento, grilagem, tráfico de animais silvestres; os crimes patrimoniais, como roubo de cargas, veículos medicamentos de alto custos, bancos e comércios; os crimes ligados à corrupção de agentes públicos e ao contrabando (cigarros, combustíveis, eletrodomésticos); a venda de segurança e acesso a serviços públicos (zeladoria, luz, gás, retirada de lixo e transporte público), os licenciamentos ambientais; a construção, invasão ilegal de terrenos e prédios; e, mais recentemente, a receptação de um milhão de aparelhos celulares furtados ou roubados no país, usados como porta de entrada para crimes cibernéticos (exploração sexual de crianças, sequestros, extorsões, estelionatos digitais, entre outros).

Outra característica destes grupos criminosos é o domínio territorial, que terá séria implicação para a manutenção da segurança pelo Estado Brasileiro, pois o crime organizado tem cada vez mais domínio sobre as rotas e territórios que servem de plataforma logística e para a expansão para outros mercados ilícitos, submetendo milhões de pessoas à imposição de suas regras, e não mais às regras do Estado Brasileiro. Inclusive há relatos de assistentes sociais e de policiais, informando que vítimas de violência têm acesso limitado aos equipamentos e aos serviços públicos, dependendo da facção que controla o território em que vivem.

Não bastasse isso, segundo estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), juntamente com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), o prejuízo causado pelas atividades do crime organizado ao setor privado, a partir da sonegação fiscal e do “sequestro” das atividades dos serviços públicos, chega ao valor estimado de 435 bilhões de reais, com reflexo direto no crescimento do bem-estar social da população.

Com mais de 30 anos de existência, o PCC tornou-se a maior organização criminosa atuando com tráfico de drogas no Brasil, o que pode ser tributado à sua capacidade de diversificar os negócios e transformar o dinheiro ilícito em lícito.

Exemplo eloquente e bastante ilustrativo disso foram as investigações realizadas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), do Ministério Público de São Paulo, que detectaram que o dinheiro do PCC estava sendo “lavado” por sócios da empresa *Transwolff* e da *UPBus*, empresas concessionárias de serviços de transporte público, no município de São Paulo,

demonstrando que membros do PCC se tornaram sócios destas empresas para lavar dinheiro e fraudar licitações, recebendo mais de 843 milhões de reais da Prefeitura de São Paulo em forma de subsídios .

Com a preocupação da ameaça cada vez mais acentuada que as organizações criminosas representam à segurança pública, à paz social, ao desenvolvimento econômico e ao regime democrático, o Conselho Nacional do Ministério Público editou a Resolução 297, de 12 de setembro de 2024, na qual dispõe sobre a atuação integrada entre Ministério Público Eleitoral, GAECOs e Núcleos de Inteligência dos Ministérios Públicos Federal, dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, com o objetivo de identificar e combater a influência de organizações criminosas no processo eleitoral.

Neste mesmo ano, o Tribunal Superior Eleitoral, alterando a fundamentação do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, com voto do relator Antônio Carlos Ferreira, aprovou por unanimidade, o indeferimento de registro de candidatura de acusado, sem condenação de envolvimento em organização criminosa, ao analisar o recurso do vereador Fabinho Varandão (MDB), de Belford Roxo, na qual se afirmou “a vedação de candidatura de integrante de organização paramilitar ou congênera deriva diretamente do artigo 17, §4º, da Constituição, norma de eficácia plena, que impede a interferência, direta ou indireta, no processo eleitoral, de todo e qualquer grupo criminoso organizado”. O que se busca impedir, conforme voto do relator, é o registro de candidaturas reconhecidamente relacionadas às organizações criminosas, baseadas na influência destes grupos no processo eleitoral, como forma de manterem as atividades ilícitas e o comércio espúrio por intermédio do domínio territorial, todos com base na violência armada como forma de garantir o poder.

No Rio de Janeiro, a operação “Unha e Carne” da polícia federal, que se iniciou em dezembro de 2025, com o objetivo investigar as conexões de agentes públicos com os grupos criminosos que atuam no Rio de Janeiro, conforme determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito do julgamento da ADPF 635/RJ das Favelas, que determinou, entre outras diligências, que a Polícia Federal conduzisse investigações acerca do relacionamento entre agentes públicos e facções criminosas.

A primeira fase da operação teve como alvo Rodrigo Bacellar, sob a acusação de vazar informações da uma operação Zarzun, deflagrada contra o Comando Vermelho, sendo o principal beneficiado deste vazamento o ex-deputado Thiego Raimundo Oliveira Santos, o TH Joias, apontado como articulador político da facção. A segunda fase da operação, também deflagrada em dezembro de 2025, que aprofundou a origem dos vazamentos, gerou a prisão do desembargador federal Macário Ramos Júdice Neto, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2).

A terceira fase da operação, deflagrada em março de 2026, contou com a nova prisão de Rodrigo Bacellar, por determinação do ministro Alexandre de Moraes, após a cassação de seu mandato político no julgamento do caso do escândalo da Ceperj e na denúncia oferecida pela Procuradoria Geral da República, que incluiu além de Bacellar, TH Joias e o desembargador Macário Júdice Neto, na qual se apontava a participação destes alvos e de outras pessoas em uma cadeia de proteção institucional do crime organizado.

Já na quarta fase, ocorrida em maio de 2026, o deputado estadual Thiago Rangel, do Avante, foi preso por suspeita de comandar esquema de fraudes em procedimentos de compra de materiais e aquisição de serviços, como obras para reformas, no âmbito da Secretaria Estadual de Educação do Rio. Já na quinta fase, a PF prendeu o pastor Márcio Poncio, investigado por ligação com a Máfia do Cigarro.

■ Entrada do crime organizado nos demais poderes

Tudo isso demonstra a inserção cada vez maior da criminalidade organizada nos poderes do Estado, de modo a enfraquecer, ainda mais, a democracia, na medida em que ocupam territórios, fazendo com que toda a população ali residente seja submetida às regras das facções e não às regras do Estado brasileiro.

Além disso, fornecem e prestam serviços públicos, recebendo dinheiro do estado por meio de subsídios, conforme verificou-se na operação do GAECO, em que empresas prestadoras de transportes públicos eram comandadas por empresas ligadas ao PCC. Não bastasse isso, as operações acima descritas demonstram a entrada do crime organizado nos demais poderes do Estado como o Executivo, Legislativo e Judiciário e até mesmo no Ministério Público.

Não é por outra razão que nas proximidades das eleições de 2026, há uma preocupação da Justiça Eleitoral e dos Conselhos Superiores da Magistratura e do Ministério Público para que haja uma integração entre os serviços de inteligência e os GAECOs dos diversos Estados da Federação, para que identifiquem o relacionamento de eventuais candidatos à criminalidade organizada, evitando a aceitação do registro de sua candidatura.

No mesmo sentido, e para fortalecer o combate às organizações criminosas, a Lei nº 15.358/2026, batizada como Lei Raul Jungmann, estabelece novo paradigma no combate ao crime organizado, endurecendo as penas para grupos ultraviolentos e priorizando a asfixia financeira mediante a perda imediata do patrimônio ilícito.

No âmbito eleitoral, a lei Raul Jungmann introduz restrições, prevendo o impedimento do alistamento e o cancelamento de inscrição eleitoral aos presos

provisórios, visando, com isso, blindar o processo democrático de influência do crime organizado.

Contudo, tendo em vista o princípio da anuidade, que vige no direito eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu pela não aplicação da Lei Raul Jungmann nas eleições deste ano.

Mesmo assim, o precedente criado pelo TSE que aprovou, por unanimidade, o indeferimento de registro de candidatura de candidato acusado, ainda que sem condenação definitiva de envolvimento em organização criminosa, já indica a preocupação do sistema de justiça em evitar que candidatos vinculados às facções criminosas possam ser eleitos a cargos do Legislativo e do Executivo.

Instituições sólidas e estáveis, além de fundamentais para a evolução e a riqueza das nações, como assinalou Acemoglu, Nobel de Economia de 2024, associadas à democracia plena, são componentes imprescindíveis para o controle eficaz da corrupção.

Por isso, é absolutamente plausível concluir e afirmar que a erosão do ambiente democrático nos conduz à degradação do controle da corrupção.

Nesse contexto, o crescimento da infiltração, do poder e da influência do crime organizado nas entranhas e nas estruturas estatais representa grave risco ao Estado Democrático de Direito, o que se torna ainda mais nefasto às vésperas de uma crucial eleição, como a de 2026, multiplicando-se a responsabilidade do Sistema de Justiça Eleitoral para enfrentar o desafio de proteger a cidadania, imunizando-a dos abusos de poder que a espreitam. ■

Inimigos próximos: as relações Brasil–EUA no ano eleitoral



■ **ANTHONY W. PEREIRA** é o diretor-executivo do Stone Center for Latin American Studies e detentor da Cátedra Thomas F. e Carol M. Reese de Estudos Latino-Americanos na Universidade de Tulane



■ **STANLEY A. GACEK** é advogado trabalhista e dirigente sindical, membro da Ordem dos Advogados do Distrito de Columbia e conselheiro sênior da União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação e do Comércio

Em 2024, os autores deste artigo analisaram a relação Brasil-EUA durante o bicentenário das relações diplomáticas oficiais entre os dois países. Avançamos a tese da “aliança não escrita”, lembrando o termo cunhado pelo historiador E. Bradford Burns. Considerando o que aconteceu no último ano e meio sob a administração Trump, nossas expectativas de maximizar o potencial de tal aliança de fato agora são um sonho de um passado distante.

No início de outubro de 2024, o ambiente era propício para o relacionamento, baseado nas diversas dimensões de engajamento e cooperação entre os governos Biden e Lula. Tal engajamento foi viabilizado pelas medidas de boa-fé e fomento da confiança assumidas anteriormente pelo governo Biden, incluindo a mensagem muito clara transmitida ao governo anterior de Jair Bolsonaro, de que os EUA não tolerariam nenhuma tentativa de golpe ou ataque à integridade do sistema eleitoral brasileiro antes das eleições nacionais de outubro de 2022 (que resultaram na vitória presidencial de Lula).

Como observou o cientista político brasileiro Oliver Stuenkel, houve campanha concertada e bem-organizada para levar a mensagem ao governo Bolsonaro, envolvendo a “Casa Branca, Departamento de Estado, CIA, Senado e Pentágono”.

Stuenkel explica que “essa última agência pode ter sido a jogada mais decisiva do governo Biden. O Secretário de Defesa dos EUA, Lloyd Austin, foi designado como principal emissário público de Biden junto aos generais brasileiros. Foi uma escolha natural, dada a relação tensa entre Biden e Bolsonaro. Este último que seguiu o exemplo de Trump ao repetir falsidades sobre supostas fraudes durante a eleição presidencial americana de 2020. Austin também era um interlocutor mais confiável, já que as Forças Armadas brasileiras eram o alvo pretendido da campanha americana”.

Embora essas manobras diplomáticas concertadas do governo Biden não tenham impedido a destruição e a aparente tentativa de golpe na Praça dos Três Poderes, em Brasília, no domingo, 8 de janeiro de 2023, orquestrada pelo ex-presidente Bolsonaro e membros de alta patente das Forças Armadas brasileiras exatamente uma semana após a posse de Lula, o presidente dos EUA condenou imediatamente o ataque à democracia brasileira com a seguinte declaração pública: “Condeno o ataque à democracia e à transição pacífica de poder no Brasil. As instituições democráticas do Brasil têm nosso total apoio, e a vontade do povo brasileiro não deve ser minada”.

Toda essa boa vontade e potencial de cooperação entre as duas maiores democracias do hemisfério começaram a se desintegrar após a posse do segundo mandato de Trump em 2025.

■ Taxação por “trabalho forçado no Brasil”

Em agosto de 2026, as relações entre os governos atingiram um ponto de crise sem precedentes. O governo Trump decidiu impor uma tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros selecionados, juntamente com novas declarações do secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, criticando Luiz Inácio Lula da Silva, o que provocou uma resposta firme do governo brasileiro. Rubio atacou pessoalmente Lula, afirmando, sem fundamento, que o presidente brasileiro não estava negociando de boa-fé em relação às iminentes questões comerciais e que estava colocando seu ego acima dos interesses nacionais de seu próprio país. E em 23 de julho, o representante comercial dos EUA, Jamieson Greer, anunciou imposição de taxa adicional de 12,5% sobre produtos brasileiros, com base em supostas práticas comerciais desleais, conforme definido pela Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA de 1974, sob a alegação de que o Brasil estava “fazendo muito pouco” em relação ao trabalho forçado.

Em resposta à ofensiva lançada por Washington, o governo brasileiro “reafirmou que poderá recorrer aos instrumentos legais previstos na Lei de Reciprocidade Econômica do Brasil e rejeitou o que descreveu como medidas unilaterais

injustificadas”. É importante ressaltar, contudo, que o governo brasileiro não afirmou que está implementando tarifas retaliatórias imediatamente.

A pergunta óbvia é como essa crise afetará as próximas eleições nacionais no Brasil, em outubro, e como o governo Trump poderá tentar influenciar o resultado. Em outras palavras, haverá interferência e pressão por parte do governo Trump para minar a integridade do sistema eleitoral brasileiro, considerando as estreitas relações e a cooperação com a família Bolsonaro desde o primeiro mandato de Trump? Se isso acontecer, será um contraste diametral com a política de Biden em 2022. E se o presidente Lula for reeleito em outubro, o governo Trump reconhecerá e respeitará o resultado? Os autores certamente não estão em condições de fazer previsões, mas destacaremos as variáveis relevantes e críticas nessa equação.

O período de 20 de janeiro de 2025 a agosto de 2026 foi uma verdadeira montanha-russa nas relações entre Brasil e Estados Unidos, graças a todas as oscilações da política de Trump em relação ao presidente Lula e ao Brasil em geral, que pareceu nada menos que esquizofrênica aos olhos de um observador externo. Em julho de 2025, o presidente Trump criticou duramente, em sua conta no *Truth Social*, o que chamou de “caça às bruxas” – ou seja, o processo e o julgamento do ex-presidente Bolsonaro e seus cúmplices militares por diversos crimes associados à tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023 (que resultou em uma sentença de mais de 27 anos para Bolsonaro, proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF)).

Na mesma comunicação, Trump anunciou que os EUA estavam impondo uma supertarifa sobre as exportações brasileiras, equivalente a 40% acima da alíquota básica de 10%, resultando em um imposto de 50% sobre os produtos brasileiros, mesmo que os Estados Unidos tivessem um superávit comercial acumulado com o Brasil de US\$ 424,5 bilhões ao longo de 15 anos. Trump deixou bem claro que a medida era uma retaliação pela “perseguição” política e jurídica do ex-presidente brasileiro, desprovida de qualquer justificativa econômica ou legal. Essa supertarifa entrou em vigor em 6 de agosto de 2025 e impactou 36% das exportações brasileiras. *(Por fim, a Suprema Corte dos EUA invalidou as tarifas em fevereiro de 2026, entre muitas outras impostas a parceiros comerciais dos EUA, concluindo que a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA) de 1977 não dava a Trump a autoridade para fazer o que fez).*

Em 23 de setembro de 2025, houve mudança repentina na retórica e no comportamento de Trump. Imediatamente após o discurso do presidente Lula em defesa da integridade e soberania do Brasil e de seu judiciário perante as Nações

Unidas, e em clara referência à decisão do STF contra o ex-presidente Bolsonaro, foi a vez de o presidente Trump falar em nome dos EUA, em conformidade com o protocolo de abertura da Assembleia Geral da ONU. Após discurso de quase uma hora que criticou duramente o sistema de normas globais da ONU, especialmente em relação às mudanças climáticas, Trump elogiou Lula diante do mundo inteiro em suas considerações finais. Ele proclamou que gostava do presidente brasileiro, que havia afinidade entre eles e que os dois se encontrariam na semana seguinte.

■ O risco da intromissão de Trump nas eleições brasileiras

Embora esse encontro presencial só tenha ocorrido quase um mês depois, por volta da cúpula da ASEAN, em Kuala Lumpur, os dois presidentes mantiveram uma conversa telefônica construtiva em 6 de outubro de 2025, que ambos classificaram como “amigável”. Lula instou Trump a remover as supertarifas e suspender as sanções contra os oficiais do governo e do judiciário brasileiros. A conversa lançou as bases para maior engajamento diplomático e negociações comerciais. Além disso, houve acordo entre os dois líderes para prosseguir com negociações comerciais e melhorar as relações Brasil-EUA, durante o encontro presencial em Kuala Lumpur.

Em 7 de maio de 2026, aproximadamente dois meses após o início da guerra dos EUA contra o Irã, Lula se reuniu por três horas com o presidente Trump, na Casa Branca, para discutir questões comerciais bilaterais pendentes, o potencial de cooperação em minerais críticos e a campanha de pressão dos EUA sobre Cuba. O principal resultado da reunião foi a criação de grupo de trabalho Brasil-EUA, encarregado de elaborar propostas, em 30 dias, em relação às disputas tarifárias e às investigações pendentes da Seção 301 dos EUA sobre as práticas comerciais brasileiras, incluindo tarifas sobre comércio eletrônico. O vice-presidente JD Vance, o secretário do Tesouro Scott Bessent e o representante comercial dos EUA, Jamieson Greer, estavam presentes representando os EUA. Rubio esteve ausente, pois estava reunido com o Papa no Vaticano. Trump descreveu a reunião como “muito dinâmica”, e Lula indicou estar “muito satisfeito”.

Menos de três semanas depois, em 26 de maio de 2026, o diálogo supostamente construtivo entre Lula e Trump começou a ruir. Nessa data, Trump recebeu no Salão Oval o senador Flávio Bolsonaro, do Partido Liberal, candidato da oposição à presidência do Brasil, seu irmão, o ex -deputado federal Eduardo Bolsonaro, que reside no Texas, e o aliado Paulo Figueiredo, para reunião fechada à imprensa.

Apenas dois dias depois, e obviamente a pedido de Flávio, Marco Rubio

anunciou que as facções criminosas brasileiras Comando Vermelho e PCC seriam designadas como organizações terroristas internacionais, o que poderia servir de pretexto para futura intervenção militar dos EUA. Lula havia pedido especificamente ao presidente americano que evitasse tal designação, para que as medidas regulares conjuntas e multilaterais de combate ao crime pudessem ter sucesso. Mas, Trump acabou cedendo à exigência do candidato presidencial que representava a oposição brasileira de extrema-direita.

Na cúpula do G7 realizada em Évian-les-Bains, em junho, Trump afirmou publicamente que o Brasil havia se tornado “politicamente perigoso” e que o governo Lula queria prender “Bolsonaro Júnior”, que estava “indo bem nas pesquisas”. Obviamente, Flávio não estava sendo preso. Na verdade, foi Eduardo Bolsonaro quem foi condenado pela justiça brasileira por pressionar o governo dos EUA a interferir no julgamento de seu pai perante o STF.

Informado dos comentários de Trump, Lula retrucou: “Ele pode continuar gostando de Bolsonaro – o pai, o filho, o neto – isso não é problema meu, é problema dele... Mas, não se intrometa nas eleições do Brasil, porque as eleições do Brasil são assunto do Brasil”.

Em última análise, Donald Trump irá interferir ativamente nas eleições brasileiras de outubro? Especulações bem fundamentadas e a história recente indicam que muito depende de quem, em última instância, conseguir influenciá-lo e convencê-lo.

Se Trump estiver verdadeiramente motivado pelos interesses da “América Primeiro”, ele não interferirá. Os interesses pragmáticos dos Estados Unidos ditariam a não interferência para alcançar os seguintes objetivos: a assinatura de um acordo sobre minerais críticos com o Brasil; cooperação genuína no combate ao crime organizado; e a salvaguarda da segurança nacional dos EUA, preservando a estabilidade no maior país da América do Sul. Além disso, um segmento do empresariado americano, tradicionalmente uma influência dominante no Partido Republicano, favoreceria essa abordagem pragmática. Grande parte do empresariado americano se opõe à instrumentalização desenfreada das tarifas contra o Brasil por Trump, pois prejudica os interesses comerciais e de investimento dos EUA, bem como os empregadores e trabalhadores americanos.

De fato, 63 das 78 intervenções feitas por representantes do setor privado brasileiro e americano na audiência pública perante o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), realizada em 6 de julho, opuseram-se veementemente às supertarifas impostas por Trump ao Brasil. Flávio Bolsonaro discursou na audiência, instando o USTR a adiar a implementação das supertarifas até depois das eleições, insinuando de forma clara e descarada que o contrário

prejudicaria suas chances de vitória, apesar da pressão anterior dos Bolsonaro para a implementação do tarifamento e das sanções contra o Brasil.

A disputa diplomática entre o Brasil e os EUA se agravou em agosto. Em aparente retaliação à recusa brasileira de vistos de entrada a dois funcionários do governo americano, que pretendiam investigar e questionar o sistema eleitoral brasileiro, bem como ao adiamento da aprovação da indicação de Daniel Perez – republicano e ex-presidente da Câmara dos Representantes da Flórida –, para o cargo de embaixador dos EUA em Brasília, as autoridades americanas desqualificaram o visto de Maria Luiza Ribeiro Viotti, em 4 de agosto. Ela ocupa o cargo de embaixadora do Brasil nos Estados Unidos desde 2023.

Washington pressionava Brasília para que concordasse com uma “pré-aprovação” de Pérez mesmo antes de sua nomeação ser ratificada pelo Senado dos EUA em 7 de agosto, por uma votação de 51 a 47. No entanto, o Planalto deixou claro que o Brasil não concordará em conceder credenciais diplomáticas a Pérez antes das eleições de outubro.

Em aparente esforço de alguns membros do governo Trump para amenizar as tensões, o Departamento de Estado americano, embora tenha endurecido críticas ao governo Lula, também indicou que não pretendia romper relações com o Brasil. Em comunicado divulgado à imprensa brasileira, o Departamento afirmou que respeita o povo brasileiro e sua livre escolha de governo, desde que tal decisão seja tomada por meio de “eleições livres e justas”. Naturalmente, resta saber o que o governo Trump considerará, de fato, como “eleições livres e justas” no Brasil.

No dia 21 de agosto, o presidente Lula telefonou para o presidente Trump. A conversa durou uma hora e 20 minutos. Durante a conversa, Lula argumentou que as razões dadas para justificar as novas tarifas – trabalho forçado, etanol, Pix, combate a corrupção, propriedade intelectual, acordos preferenciais e desmatamento – eram infundadas e insistiu que os dois países deveriam “seguir na mesa de negociação”, além de argumentar contra classificação do PCC e CV como organizações terroristas.

Se Trump der mais atenção aos ideólogos extremistas de sua administração, incluindo Rubio e Darren Beattie – conselheiro do Departamento de Estado dos EUA para Políticas sobre o Brasil –, que defendem noção radical da Doutrina Donroe para alcançar a hegemonia completa dos EUA e da direita autoritária no hemisfério, as chances de maior interferência nas eleições brasileiras aumentarão. Há ainda os comandantes das grandes empresas de tecnologia, como Elon Musk, que prontamente apoiariam e financiariam tal interferência.

A sociedade civil progressista brasileira e estadunidense está consciente desse perigo iminente e organizou delegações de representantes do Congresso brasileiro e ONGs a Washington, nos últimos meses, para alertar membros mais receptivos do Congresso ao tema. O desafio óbvio é que as eleições de meio de mandato nos EUA, que podem alterar a correlação de forças no Congresso, ocorrerão em 3 de novembro de 2026, depois das eleições brasileiras, cujo segundo turno será em 25 de outubro.

Contudo, uma mudança de poder no Congresso dos EUA em novembro poderia ser muito significativa, caso Lula vencesse as eleições em outubro e as forças ideológicas mais extremistas do governo Trump, em conluio com os bolsonaristas, insistissem para que os EUA não reconhecessem e aceitassem o resultado. Se os democratas conquistassem o controle da Câmara dos Representantes, a câmara baixa do Congresso dos EUA, e possivelmente do Senado, poderiam frustrar as manobras do governo Trump em favor dos bolsonaristas. A polarização no Brasil poderia se tornar linha divisória dentro do próprio governo dos EUA.

O futuro das relações construtivas entre as duas maiores democracias do hemisfério está inquestionavelmente em jogo, com sérias consequências para todo o planeta. ■

■ Referências Bibliográficas

AL JAZEERA (2026) “EUA designarão duas gangues brasileiras como organizações “terroristas””, 29 de maio de 2026.

DE BOLLE, Monica (2026), “O encontro Lula-Trump: três horas, almoço e um grupo de trabalho”, PIIE , 12 de maio de 2026.

DE MOURA, Manuela (2026), “EUA diz que respeitara escolha do Brasil em “eleições livres e justas”, Metrópoles , 7 de agosto de 2026.

PEREIRA, Anthony W. e Gacek, Stanley A. (2024) “Desenha-se uma aliança não escrita entre Brasil e Estados Unidos”, Interesse Nacional , Outubro-Dezembro, 2024.

REUTERS (2023) “Biden condena ‘ataque à democracia’ no Brasil”, 8 de janeiro em: <https://www.reuters.com/world/americas/biden-says-situation-brazil-outrageous-2023-01-08/> .

REUTERS (2026) “EUA designarão duas gangues brasileiras como organizações “terroristas””, 29 de maio de 2026.

RIBEIRO, Gustavo (2026), O Relatório Brasileiro , 24 de julho de 2026.

SECRETARIA de Comunicação Social (2026a) Nota à Imprensa Sobre a Imposição De Tarifas Unilaterais Contra O Brasil Pelos Estados Unidos , 15 de Julho, 2026.

SECRETARIA de Comunicação Social (2026b) Nota à Imprensa Sobre o Telefonema com o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, 21 de Agosto, 2026.

STUENKEL, Oliver (2024) “Como a pressão dos EUA ajudou a salvar a democracia brasileira”, Revista de Prensa , 21 de fevereiro de 2024 em: <https://almendron.com/tribuna/how-us-pressure-helped-save-brazils-democracy/>

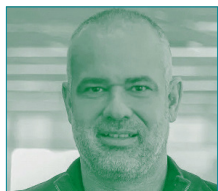
US NEWS and World Report (2026) “Lula, do Brasil, alerta Trump para não interferir nas eleições brasileiras”, 17 de junho de 2026.

VIEIRA, Vinicius Rodrigues (2026), “Marco Rubio usa candidatura de Flávio Bolsonaro para se tornar vice-rei do Brasil”, Jota , 20 de julho de 2026.

EDITORIAL do Washington Brazil Office (2026), 17 de julho de 2026, nº 213.

WINTER, Brian (2026) “Trump leva os Bolsonaros ao limite”, Americas Quarterly , 21 de julho de 2026.

Eleições 2026: o eleitor por trás dos números



■ **RENATO MEIRELLES** é presidente do Instituto de Pesquisas Locomotiva e fundador do Data Favela. É especialista em opinião pública e comportamento de consumo das classes CDE. Em 2012, fez parte da comissão que estudou a nova Classe Média Brasileira, na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Os números das pesquisas eleitorais são acompanhados quase em tempo real. Gráficos ganham as redes sociais, candidatos comemoram dois pontos de alta e adversários transformam dois pontos de queda em crise. Nesse ambiente, existe um risco importante: dar mais atenção à posição dos candidatos nas pesquisas do que ao eleitor que produz esses números.

Precisamos entender os resultados de cada pesquisa eleitoral como retratos de um momento, não como uma previsão do futuro. Eles registram o que as pessoas pensam quando são entrevistadas e permitem identificar tendências, rejeições, prioridades e grupos mais ou menos propensos a mudar de opinião. Quando bem interpretados, ajudam a entender uma sociedade em movimento.

Essa diferença será especialmente importante nas eleições de 2026. A polarização continua organizando parte significativa da disputa presidencial. Lula e Flávio Bolsonaro aparecem como os principais nomes do cenário atual, mas as próprias pesquisas indicam uma disputa que ainda pode sofrer alterações ao longo da campanha. O eleitor brasileiro não é um bloco fixo: ele pode manter sua identidade política e, ainda assim, mudar de candidato.

Para entender esse comportamento, é preciso olhar para além da intenção de voto.

Há 25 anos, estudo as transformações da classe C, que representa mais da metade do eleitorado brasileiro. Nesse período, milhões de pessoas aumentaram sua renda, ampliaram o acesso ao crédito, conquistaram maior escolaridade, passaram a consumir novos produtos e serviços e se tornaram mais conectadas. Muitos passaram a empreender, trabalhar por conta própria ou atuar em plataformas digitais.

Essa transformação econômica produziu uma importante mudança nas expectativas. Quem conquistou algum avanço quer continuar avançando. Quem passou a consumir determinados produtos quer ter condições de mantê-los. Quem conseguiu colocar o filho em uma escola melhor quer preservar essa conquista. Quem abriu um pequeno negócio quer crescer.

É por isso que a classe C não pode ser tratada como um grupo político homogêneo.

Ela reúne diferentes religiões, regiões, idades, profissões e posições ideológicas. Não existe uma opinião política única capaz de representar essa maioria. O que existe é uma experiência social compartilhada: a busca por estabilidade, autonomia e melhoria de vida.

É um eleitor que avalia o cenário e os candidatos a partir dos impactos na vida cotidiana.

O brasileiro quer emprego e renda, mas também quer segurança. Quer inflação controlada para conseguir pagar o supermercado no fim do mês. Quer acesso à saúde e um sistema educacional que funcione. Quer empreender sem que a burocracia inviabilize seu negócio. E, mais do que nunca, quer melhorar de vida e oferecer aos filhos oportunidades que muitas vezes não teve.

Essas são demandas concretas que não cabem nos rótulos tradicionais de esquerda e direita.

■ Políticas sociais e eficiência do Estado

Um empreendedor pode defender políticas sociais, enquanto uma pessoa mais conservadora pode cobrar mais eficiência do Estado. Um trabalhador pode defender uma economia de mercado e, ao mesmo tempo, exigir serviços públicos melhores. Isso não é, necessariamente, uma contradição. É um eleitor tomando decisões a partir do impacto direto na sua vida, no seu trabalho e na sua família.

Compreender as eleições exige, portanto, novas perguntas. Por que esse candidato? O que gera identificação? O que produz rejeição? Quais problemas mais preocupam? A vida está melhorando ou piorando? O que se espera do próximo governo? O que poderia fazer esse eleitor mudar de opinião?

É nessas respostas que aparece o eleitor por trás do percentual.

A experiência das últimas eleições também recomenda cautela com as pesquisas.

Quando o resultado das urnas não coincide com resultados das pesquisas de intenção de voto, surge rapidamente a conclusão de que “a pesquisa errou”. Esse diagnóstico, via de regra, desconsidera o fato de que o eleitor pode mudar de opinião entre a intenção declarada na entrevista e a votação efetiva, ou pode sequer aparecer para votar.

Em eleições competitivas, o eleitor pendular sempre tem um peso decisivo. Ele não necessariamente muda de candidato porque mudou de ideologia. Pode mudar porque mudou sua percepção sobre a economia, a segurança, o emprego ou o futuro. Pelo desempenho em uma entrevista, em um debate ou por conta de um conteúdo que recebeu no seu celular. Por uma proposta nova que disse exatamente o que ele queria ouvir. É nesse ponto que a política encontra a vida real.

Um trabalhador que passa duas horas por dia no transporte público não percebe a questão da mobilidade urbana da mesma forma que quem acompanha o tema por indicadores técnicos. Uma família que compromete boa parte da renda com alimentação percebe a inflação de maneira diferente de quem acompanha o IPCA pelos jornais. O pequeno empreendedor sente os efeitos de impostos, crédito e burocracia diretamente no caixa da empresa. Quem depende do serviço público avalia saúde e educação pela experiência de conseguir ou não atendimento.

■ A vida do eleitor não pode ser separada em capítulos

A economia interfere na família, a segurança interfere no trabalho, o transporte interfere no tempo disponível para descanso, lazer e convivência com os filhos. A qualidade dos serviços públicos interfere no orçamento e a renda interfere nos planos para o futuro.

Essa combinação ajuda a explicar por que campanhas baseadas exclusivamente em grandes discursos ideológicos podem encontrar dificuldade para dialogar com parcelas importantes do eleitorado. Especialmente na classe C, a identidade política continua relevante, mas precisa conversar com a experiência concreta.

Depois de décadas de ascensão social, essa parcela da população passou a ter uma característica decisiva para entender o comportamento eleitoral: a expectativa de continuar avançando. Só que nenhum dos últimos presidentes, após as revoltas de 2013, conseguiu corresponder a essa expectativa.

Depois de inflação, desemprego, pandemia, crises políticas e mudanças aceleradas no mercado de trabalho, a capacidade de planejar a própria vida ganhou ainda mais importância.

Renda e emprego continuam sendo fundamentais, mas precisam produzir alguma perspectiva de futuro. Ter acesso ao consumo também não significa necessariamente sentir que o futuro está garantido.

A pergunta que o eleitor que decidirá as eleições de 2026 quer responder é simples: minha vida vai melhorar?

Não basta interpretar o passado. É preciso apresentar uma proposta para o futuro que pareça possível para a maioria. O cidadão compara sua vida atual com a que tinha antes. Compara o salário com o custo de vida, o serviço público que recebe com o que esperava e suas oportunidades com as dos filhos. A avaliação de um governo nasce dessas experiências.

É por isso que dois brasileiros podem olhar para os mesmos indicadores econômicos e chegar a conclusões diferentes. O dado econômico é objetivo. A experiência sobre esse dado é pessoal.

E há uma mudança estrutural que não pode ser ignorada: o Brasil que vai votar em 2026 é diferente do Brasil que votou nas últimas décadas. Mudaram a renda, o consumo, o acesso à informação, o mercado de trabalho e a relação com o Estado. Mudaram também as expectativas da classe C e a maneira como milhões de brasileiros enxergam sua própria trajetória.

A internet transformou ainda mais essa relação. O cidadão não depende exclusivamente do horário eleitoral ou dos grandes veículos para formar sua percepção. Recebe informações de diferentes fontes, conversa em grupos, acompanha influenciadores, compartilha vídeos e constrói suas próprias interpretações.

Isso aumenta a velocidade das mudanças de opinião e torna ainda mais difícil compreender o eleitor a partir de uma única variável.

Por isso, mais importante do que perguntar quem está na frente hoje é entender quem é o eleitor que está colocando determinado candidato nessa posição. A pesquisa mostra o número. A análise precisa explicar o comportamento que existe por trás dele.

O eleitor brasileiro de 2026 carrega suas conquistas, seus medos, suas frustrações e suas expectativas. Pode ter uma identidade política definida e, ainda assim, mudar de escolha. Pode rejeitar um candidato sem saber ainda em quem votar. Pode concordar com uma política de governo e desaprovar o governante.

Não há necessariamente incoerência nisso. Há complexidade.

É justamente por isso que as pesquisas eleitorais são importantes. Não para dizer hoje quem vencerá em outubro, mas para revelar como o brasileiro está enxergando o país, sua própria vida e o futuro que espera construir.

Quem quiser entender a eleição de 2026 precisará olhar para além dos números. Precisarão entender o brasileiro que existe por trás deles. ■

Homens mais à direita, mulheres ao centro: o *gender gap* brasileiro



■ **LUCIANA FERNANDES VEIGA** é doutora em Ciência Política, com estágio na Universidade da Califórnia, professora do Departamento de Estudos Políticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Comunicação Digital e Cultura de Dados da FGV – Comunicação

A eleição de 2026 está tornando visível uma transformação do eleitorado brasileiro que começou a se desenhar na década passada. Nas pesquisas mais recentes, Lula aparece com vantagem entre as mulheres, enquanto a disputa com Flávio Bolsonaro é mais equilibrada entre os homens e mulheres.

Esses números podem ser vistos como a manifestação recente de uma transformação mais profunda: o surgimento, no Brasil, de um *Gender Gap*, isto é, de uma diferença entre homens e mulheres na orientação política e no comportamento eleitoral.

Pesquisa que realizamos com dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), comparando as eleições presidenciais de 2010, 2014, 2018 e 2022, buscou verificar justamente como o gênero passou a se relacionar com participação, posicionamento ideológico e voto. O resultado mais importante é que a diferença entre homens e mulheres não aparece de forma consistente na participação eleitoral, mas se torna mais clara na orientação ideológica e na escolha de candidatas a partir de 2018.

Na participação eleitoral, não encontramos diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres ao longo do período analisado. O comparecimento tendeu a cair de 2010 a 2018 e voltou a crescer em 2022, acompanhando um movimento geral do eleitorado. As mobilizações femininas de 2018, especialmente o #EleNão e, em reação, o #EleSim, portanto, revelaram novas formas de engajamento, mas não produziram uma diferença estatisticamente significativa no comparecimento às urnas.

A mudança aparece, sobretudo, na orientação ideológica e no voto. Durante este período, os homens passam a se deslocar do centro para a direita e de forma mais acentuada em 2018. Depois, a tendência é de retroceder um pouco para o sentido

do centro. Já as mulheres mantiveram a sua tendência histórica de deslocamento da direita para mais próximas do centro. É importante destacar que ambos os grupos continuam, em média, posicionados no campo de centro-direita. A diferença está na trajetória: enquanto os homens avançam mais para a direita, as mulheres se mostram relativamente mais moderadas, rumo ao centro.

O *Gender Gap* no Brasil, assim, se forma pela combinação entre moderação relativa das mulheres rumo ao centro e deslocamento dos homens para a direita. Em 2018, essa distância tornou-se particularmente visível.

A análise das pesquisas eleitorais reunida por Jairo Nicolau, em *O País Dividido* (2026), também mostra a dimensão dessa mudança. Na eleição de 2018, Bolsonaro venceu entre as mulheres por uma margem bem menor do que entre os homens, entre os quais chegou a cerca de dois em cada três votos. Em 2022, Lula ampliou ainda mais a vantagem entre as mulheres.

A literatura internacional ajuda a compreender esse fenômeno. Nos Estados Unidos e na Europa, estudos passaram a identificar que partidos e candidatos da direita radical populista tendem a atrair proporcionalmente mais homens do que mulheres. Hartevelt e Ivarsflaten (2018) argumentam que essa diferença não decorre necessariamente de posições substantivas menos conservadoras das mulheres. Ela pode estar relacionada à maior importância atribuída por elas às normas sociais e à rejeição de candidatos associados à hostilidade a minorias ou à transgressão de normas de convivência.

A emergência de uma candidatura de direita radical, portanto, parece ter contribuído para tornar o gênero uma dimensão mais importante da escolha eleitoral brasileira. Pela primeira vez no período analisado, ser homem ou mulher passou a ajudar a explicar de maneira significativa a escolha de candidatos presidenciais.

■ Quando gênero entra na avaliação

Se as mulheres estão, em média, mais próximas do centro e menos inclinadas a acompanhar o deslocamento dos homens para a direita, uma questão adicional se coloca: isso pode estar relacionado à maneira como avaliam governos e candidatos?

Uma pesquisa qualitativa realizada após as eleições de 2022, com 30 entrevistas em profundidade, financiada pela Faperj e conduzida pelo Grupo de Investigação Eleitoral da Unirio, ajuda a iluminar essa questão.

Uma das entrevistadas havia votado em Bolsonaro em 2018. Sua escolha estava relacionada à expectativa de mudança do país e à imagem de um candidato com experiência militar, capaz de romper com a política tradicional. O voto, porém, não se transformou em fidelidade.

Ao longo do governo, ela passou a confrontar a imagem que havia construído do candidato com aquilo que observava em sua atuação. Não gostava de sua maneira de falar, mas identificou na pandemia o principal ponto de inflexão. Em sua avaliação, a postura do presidente diante da Covid-19 demonstrou omissão e falta de cuidado com a população. A experiência levou-a a revisar a própria escolha: olhando para 2018, afirmou que, se pudesse voltar no tempo, teria votado de outra maneira.

O depoimento ilustra um mecanismo de decisão: a eleitora parte de uma expectativa, observa a atuação do governo, confronta essa experiência com aquilo que esperava e modifica sua avaliação. O candidato que havia sido escolhido pela promessa de mudança deixa de ser o candidato preferido diante da avaliação de seu desempenho.

O depoimento oferece uma imagem concreta de um tipo de decisão que é particularmente relevante para a democracia: a disposição para revisar uma escolha política a partir da experiência de governo. Essa disposição é importante porque o voto é também um instrumento de *accountability*.

O problema aparece quando a identificação política se torna tão forte que passa a dificultar essa avaliação. O raciocínio motivado não é exclusividade de uma ideologia ou de um grupo. À esquerda e à direita, ele pode levar indivíduos a interpretar informações de acordo com suas convicções anteriores, atribuindo sucessos ao mérito de seus candidatos e fracassos às circunstâncias, à oposição ou a algum inimigo externo. Quando isso ocorre, a identidade política pode funcionar como uma proteção contra evidências que deveriam levar à revisão da escolha.

A questão que se coloca aqui assim é a menor aproximação – na média – das mulheres com posições radicalizadas, que pode deixá-las, em determinados contextos, mais abertas à avaliação do desempenho dos governos.

■ O que 2026 pode mostrar

A eleição de 2026 oferece uma oportunidade para observar se o *Gender Gap* brasileiro se consolidou como uma clivagem eleitoral. Os dados disponíveis até agora mostram uma diferença expressiva entre homens e mulheres na disputa presidencial. Ao mesmo tempo, essa diferença se articula com outras dimensões

da estrutura eleitoral brasileira. O gênero, portanto, não substitui outras dimensões do comportamento eleitoral. Ele passou a se combinar com elas.

Isso produz um problema estratégico para a direita. Não basta ampliar sua votação entre os homens. Uma candidatura que pretenda construir uma maioria nacional precisa reduzir a distância entre os sexos sem necessariamente perder os elementos identitários que mobilizam seu eleitorado mais fiel.

Para a esquerda, a vantagem entre as mulheres tampouco pode ser tratada como permanente. O eleitorado feminino é heterogêneo e continua tendendo a ser mais sensível e a responder mais a condições econômicas, segurança, saúde, educação, religião, família e avaliação dos governos.

A emergência do *Gender Gap* brasileiro permite, assim, uma interpretação que vai além da disputa entre Lula e Flávio Bolsonaro.

A pesquisa qualitativa ajuda a dar concretude a uma possibilidade: mulheres relativamente menos capturadas pela polarização podem, em determinados casos, avaliar o governo a partir de suas entregas em políticas públicas e rever a escolha anterior. É uma hipótese sobre um mecanismo que merece investigação mais sistemática sobre o comportamento feminino.

Governos precisam de eleitores capazes de premiar boas políticas públicas e punir más entregas. Quando a identidade política impede a avaliação do desempenho, uma das funções essenciais da eleição se enfraquece. O problema democrático não é o eleitor ter convicções fortes, mas tornar-se incapaz de reconhecer informações que contradizem aquilo em que já acredita.

Nesse sentido, o novo *Gender Gap* brasileiro importa por razões que ultrapassam a matemática eleitoral de 2026. Ele mostra que homens e mulheres passaram a tender a responder de maneira diferente ao discurso populista da radicalização. E sugere uma questão ainda mais importante para a qualidade da democracia: em uma sociedade cada vez mais extremista, quem tende a permanecer mais disposto a avaliar o governo para além da afetividade política? ■

■ Referências Bibliográficas

- HARTEVELD, Eelco; IVARSFLATEN, Elisabeth. Why Women Avoid the Radical Right: Internalized Norms and Party Reputations. *British Journal of Political Science*, v. 48, n. 2, p. 369–384, 2018. DOI: 10.1017/S0007123415000745.
- NICOLAU, Jairo. *O país dividido: duas décadas de eleições presidenciais no Brasil (2002–2022)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2026.

VEIGA, Luciana Fernandes; ROCHA, Daniel Leonel da. #EleNão: Female Autonomy and Far-Right Populist Candidacy in Brazil's 2010–2022 Presidential Elections. In: TAGINA, María Laura (ed.). *Women's Political Behavior in Latin America*. Springer Nature, 2026, p. 73–98. DOI: 10.1007/978-3-032-08580-1_4.

Nem fusão, nem exclusão: religião, política e democracia no Brasil



■ **MAGALI CUNHA** é jornalista, doutora em Ciências da Comunicação, com estágio pós-doutoral em Comunicação e Política, pesquisadora em Religião e Política do Instituto de Estudos da Religião (ISER)

Em junho de 2025, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados de religião do Censo 2022, e o Brasil que apareceu nos números contrariou os prognósticos mais alarmistas do campo conservador e os mais esperançosos do campo progressista. O país segue majoritariamente cristão, com 87% da população vinculados ao Cristianismo: metade que ainda se declara católica (57%) e o expressivo grupo que representa um em cada quatro brasileiros (26,9%), ligado à fé evangélica.

Chama a atenção que o número de ateus triplicou, alcançando um dígito, bem como o número de pessoas sem religião, que alcançou 9,3%. A segunda religião do Brasil é o Espiritismo, com 1,8% da população e as religiões de matriz africana (Candomblé e Umbanda) alcançaram, pela primeira vez, um dígito (1,1%). As chamadas “Outras religiosidades” (todos os grupos não citados aqui), somam 4,01%.

Essa é a paisagem religiosa que emoldura o Brasil neste 2026, marcado por eleições gerais (Congresso Nacional e executivos federal e estaduais) com intensa disputa. Compreender este cenário exige que abandonemos dois equívocos que se equilibram: o de quem imagina que os evangélicos são um bloco monolítico a serviço da direita; e o de quem supõe que religião e democracia são incompatíveis.

Iniciar este artigo com estas bases é dar o tom do que será tratado nele: a relação entre religião e política no Brasil contemporâneo é muito mais intrincada, plural e disputada do que qualquer uma dessas duas compreensões sugere.

■ Religião como valor e religião como política

Não é preciso caminhar muito por qualquer pedaço do Brasil para perceber que a religião não é pano de fundo: é uma estrutura de sentido. Como parte da

cultura, do cotidiano, desenvolver a fé numa determinada expressão de sagrado no Brasil, não se limita à esfera privada da crença. Trata-se de uma expressão de comunicação relacionada a alegrias, dores e esperanças, da organização de comunidades e redes de pertencimento, do sustento de economias populares, e se converte, cada vez mais, em linguagem política.

Pesquisas nas quais tenho atuado há mais de 30 anos, na interface entre comunicação, política e religiões, indicam que a experiência religiosa segue sendo o principal repertório simbólico disponível para interpretar a vida, a injustiça e o futuro para expressiva parte da população. Reconhecer esse valor não é endossar a mobilização das religiões e da fé por projetos populistas e autoritários, mas justamente o oposto. Significa insistir que a religião, em sua pluralidade e em sua capacidade de tecer comunidade e resistência, merece ser valorizada como espaço de dignidade, e não abandonada ao monopólio de quem a converte em arma eleitoral.

Aqui há uma distinção fundamental que precisa ser registrada: a diferença entre religião na política e religião como política. A primeira descreve a participação legítima de atores religiosos na vida pública, como parte de um Estado laico e democrático. Essa participação passa da luta abolicionista às Comunidades Eclesiais de Bases, da resistência à ditadura militar aos movimentos de direitos humanos e à defesa de valores morais.

Já a segunda descreve algo qualitativamente distinto: é o processo pelo qual a própria atividade religiosa (cultos, missas, cerimônias e rituais diversos) torna-se instrumento de mobilização e campanha política. O antropólogo Ronaldo de Almeida formulou com precisão o que está em jogo na cena pública no Brasil da última década: “Em vez de falarmos em religião na política, precisamos falar em religião como política. Fazer religião hoje tem sido fazer política”.

Não se trata de instrumentalização da religião por agentes internos e externos. Trata-se de uma fusão em que a identidade religiosa e a identidade política tornam-se indistinguíveis no nível do discurso e das ações públicas.

Este fenômeno não pode ser visto como um desvio ou uma anomalia, portanto, tampouco como ameaça social. É a expressão de um fenômeno global denominado populismo religioso: a combinação dos elementos clássicos do populismo (o povo contra as elites/o sistema, o líder carismático, o inimigo a derrotar) com matriz religiosa – no caso do Brasil, predominantemente cristã. Essa matriz confere autoridade moral a determinadas figuras, partidos e grupos políticos e coesão comunitária a apoiadores/seguidores. No país, esse fenômeno ganhou densidade a partir de 2018, alavancado pela articulação que levou o capitão reformado do Exército Jair Bolsonaro (PSL e PL) à Presidência da República (2019-2022)

e segue sendo uma chave interpretativa forte para entender o campo político-religioso que se desenha para 2026.

Um exemplo recente deu-se em 24 de junho de 2026, quando a evangélica ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro, publicou em seus perfis de mídias sociais um vídeo de quase 30 minutos sobre uma crise interna no partido. Havia um atrito com o enteado Flávio Bolsonaro em torno de uma aliança com a candidatura de Ciro Gomes no Ceará. Uma crise familiar foi, então, transformada em uma peça sofisticada de populismo religioso digital.

O cenário do vídeo foi deliberadamente composto: uma escultura de mão dourada reproduzindo o gesto de ‘Eu te amo’ em Libras, evocando a atuação inclusiva de Michelle como tradutora; a Estrela de Davi, símbolo de Israel, valor importante no conservadorismo evangélico; camisa com as palavras que expressam o “fruto do Espírito”, reivindicando autoridade moral antes de qualquer palavra política. O discurso verbal preencheu o cenário: “missão que só Deus tira”, “prestar contas ao meu Deus”. A linguagem é a da fé, não da política, ainda que o assunto fosse estritamente político, tratado como “questão de coerência” – palavra que aparece cinco vezes no discurso. Questionar Michelle passa a ser questionar sua missão diante de Deus. Há ainda o sofrimento como martírio: a fala de desrespeito e isolamento impostos pelos enteados. No imaginário evangélico, o sofrimento do justo confirma a autenticidade da missão, remetendo à construção simbólica em torno da facada que o marido havia sofrido na campanha eleitoral de 2018, associada em muitos conteúdos digitais à crucificação de Cristo.

O vídeo foi projetado para viralizar a partir das reações de todas as tendências políticas e funcionou: repercussão imediata, volume imenso de interações e até a especulação sobre os objetos do cenário alimentou o debate. É uma expressão marcante de religião como política, alimentada pelo populismo religioso em versão digital.

■ A hegemonia cristã na cena pública

Com o exemplo anterior, vêm à tona o destaque ao protagonismo dos evangélicos nos debates em religião e política. A atenção ao lugar deste grupo religioso vem da formação da Bancada Evangélica na Câmara Federal, no Congresso Constituinte eleito em 1986, 40 anos atrás. Passadas tantas décadas, com altos e baixos, é fato que o grupo não só consolidou a Bancada e a ampliou com a Frente Parlamentar Evangélica, como passou a protagonizar disputas e episódios no cenário político. O auge foi alcançado no mandato de Jair Bolsonaro, cuja eleição contou com o apoio de estreitas alianças com parcela significativa deste grupo religioso, por meio de cargos no governo e concessão de benefícios às respectivas igrejas e suas lideranças.

Um ponto importante aqui é recordar um dos maiores obstáculos para a análise das religiões na política brasileira, que é a tendência de tratar os evangélicos como bloco uniforme. É preciso insistir na pluralidade que marca este grupo religioso, que qualquer análise coerente precisa considerar. Os evangélicos brasileiros, segundo os microdados do Censo 2022, distribuem-se de formas muito distintas: 8,1% são pentecostais das mais diferentes igrejas, como as Assembleias de Deus e as novas comunidades como a Renascer e as churches; 3,2% são protestantes históricos (batistas, presbiterianos, metodistas, luteranos) e 15,6% são evangélicos não determinados (sem igreja ou que não declararam vinculação a uma igreja). Nestes grupos há pluralidade de teologias, expressões e vivências da fé, visões de mundo e posições diante da realidade cotidiana, entre elas a política, que não é possível usar a expressão “os evangélicos pensam X”. É incoerente tratar este grupo como bloco único, orientado por determinadas lideranças, geralmente destacadas nas mídias.

De qualquer forma, é fato que os evangélicos se tornaram o centro das análises sobre religião e política no Brasil, enquanto os católicos frequentemente aparecem como coadjuvantes ou nem são considerados. Aqui se dá uma leitura equivocada.

O Censo 2022 confirma 57% de católicos no Brasil, o que gera, em análises comparativas, a noção de declínio deste grupo cristão. É fato que há decréscimo significativo do número de católicos, porém, a hegemonia do Catolicismo estabelecida, historicamente, com a colonização, está arraigada na cultura, inclusive na política. O Acordo Brasil-Vaticano, promulgado em 2010, é exemplo disto, com a garantia de personalidade jurídica das entidades eclesiásticas, do ensino religioso nas escolas públicas, da assistência religiosa em hospitais e presídios, e da imunidade tributária de templos. O documento foi criticado por setores laicos e por outras denominações religiosas por conceder à Igreja Católica tratamento privilegiado em comparação a outras confissões.

As disputas internas no Catolicismo, que geram tensões entre os grupos progressistas e conservadores, refletem-se na cena pública. Lideranças católicas ultraconservadoras têm se fortalecido na última década e se alinhado com conservadores de base evangélica. As pautas antigênero e pelo *homeschooling*, com ações intensivas no Poder Legislativo, por exemplo, são forte expressão deste cenário.

O resultado é uma convergência de grupos religiosos que vale observar: em nome da chamada família tradicional, da defesa da liberdade religiosa que contesta avanços sociais, lideranças das tradições católica e evangélicas têm construído alianças táticas que transcendem as diferenças teológicas históricas. Com isso se consolida na última década uma direita cristã no país, fenômeno até então inexistente.

A direita cristã brasileira é projeto político consolidado, com infraestrutura própria de comunicação, financiamento e formação de quadros. Consolidou-se como aliança entre setores católicos e evangélicos ultraconservadores alinhados a lideranças políticas que encontraram, na linguagem religiosa, vocabulário eficaz para mobilizar afetos, produzir inimigos comuns e naturalizar pautas de costumes como se fossem consensos morais inegociáveis.

O que torna essa direita “consolidada” é justamente a capacidade de se reproduzir independentemente de lideranças específicas: ela tem plataformas digitais próprias, redes de influenciadores religiosos, formatos estéticos e discursivos replicáveis e uma linguagem política que atravessa eleições, sobrevivendo a derrotas eleitorais pontuais. O exemplo do vídeo de Michelle Bolsonaro é uma recente expressão disto.

Vale observar que essa consolidação opera por meio da plataformização da fé: aplicativos, lives, *WhatsApp* e redes sociais deixam de ser meros canais de evangelização e se tornam infraestrutura de mobilização político-eleitoral, articulando religião e algoritmo numa engenharia de afetos que hoje é tão relevante quanto espaços religiosos tradicionais – os templos.

■ O número de nomes de urna religiosos diminuiu

Um dado deste processo eleitoral em 2026 merece atenção: o número de candidatos com nomes de urna de apelo religioso evangélico explícito – “Pastor Fulano”, “Bispa Sicrana”, “Irmão Beltrano” – registrou queda em relação ao ciclo anterior

A identificação religiosa no nome de urna foi estratégia eficaz num período em que a pertença denominacional era ativo eleitoral fortemente acionado. Porém, a radicalização política à direita a partir de 2018 criou desgaste que a própria liderança evangélica passou a reconhecer internamente. A politização dos cultos, o uso de desinformação nos grupos de igrejas e a perseguição a membros divergentes geraram frustrações e afastamentos que se refletem nos dados eleitorais.

Ao mesmo tempo, a migração para a categoria “cristão”, mais abrangente, menos sectária, mais palatável para eleitorados mais amplos, indica sofisticação estratégica, que o Instituto de Estudos da Religião já identificava desde as eleições municipais de 2020. Candidatos que antes precisavam ostentar a denominação para sinalizar pertencimento passam a mobilizar uma identidade cristã não determinada que alcança tanto evangélicos quanto católicos, ambos sensíveis à retórica dos valores tradicionais sem as divisões confessionais históricas.

É o populismo religioso operando em modo mais refinado: não mais a convocação explícita ao voto evangélico ou católico, mas a construção de uma comunidade moral cristã mais ampla. A configuração de uma direita cristã unificada não pela teologia, mas por inimigos comuns: a “ideologia de gênero”, “o sistema descrente”, a esquerda “comunista”. A linguagem religiosa permanece enquanto a vinculação confessional recua.

Há uma questão mais profunda que perpassa o que está contido neste artigo e que é pouco enunciada em espaços mais amplos da cena pública: qual é o lugar legítimo da religião na democracia? A resposta liberal clássica de se relegar a religião ao espaço privado, nunca descreveu adequadamente a vida no Brasil. Em país onde ampla parcela da população professa alguma crença, onde comunidades de fé articulam sentido, pertencimento e solidariedade, onde a identidade religiosa estrutura valores e escolhas cotidianas, pretender que a religião fique fora da política é uma desconexão com a realidade.

No entanto, a resposta oposta, que indica a fusão total entre religião e política, em que a vontade de Deus é identificada com a agenda de um partido específico e de personagens dadas, representa elemento nocivo à democracia. Quando o voto é colocado como obrigação religiosa, quando questionar uma candidatura é indicado como trair a fé, quando a desinformação circula revestida de autoridade sacerdotal, o direito cidadão e autônomo de eleitores é comprometido na forma de abuso religioso.

Compreender isto exige abandonar as simplificações dos dois lados: nem o pânico com “o voto evangélico” como força monolítica, nem a desconsideração do lugar da dimensão religiosa na cena pública. A disputa pelo campo religioso não é entre fé e política. É entre projetos opostos de país nos quais a fé e as religiões estão inseridas. Reconhecer isso e disputar esse cenário com seriedade, honestidade e respeito à pluralidade é uma das tarefas mais urgentes de quem acredita que democracia e religião não são incompatíveis, mas podem, ao contrário, fortalecer-se mutuamente.

O que está em jogo, portanto, não é se a religião deve ou não ter voz na vida pública, pois ela inevitavelmente tem. Trata-se de experiências externas como a luta contra o apartheid na África do Sul, com o bispo Desmond Tutu, pelos direitos civis, com o pastor Martin Luther King, ou pela descolonização pacífica da Índia, com Mahatma Gandhi, que são mundialmente exaltadas. O que está em disputa é que tipo de presença religiosa é compatível com a democracia: a que reconhece o pluralismo e a autonomia de cada cidadão para votar por convicção própria ou a que lança mão da fé para capturar votos por medo, mentira e lealdade de rebanho. ■

■ Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo de. A fé e o governo Bolsonaro. *Folha de S. Paulo*, 26 out 2022. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/10/a-fe-e-o-governo-bolsonaro.shtml>. Acesso 3 set 2026

IBGE. Censo Demográfico 2022. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=microdados>. Acesso em 3 set 2026.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). *Um Brasil mais plural?* Reflexões sobre os dados de Religião do Censo 2022. Rio de Janeiro, RJ: ISER, 2025

QUEIROZ, Danilo. De ‘pastor’ a ‘homem de fé’: a nova linguagem religiosa das urnas em 2026. *CartaCapital*, 1 set 2026. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/de-pastor-a-homem-de-fe-a-nova-linguagem-religiosa-das-urnas-de-2026/>. Acesso em 3 set 2026

REIS, Livia, OWSIANY, Laryssa, CUNHA, Magali, PESTANA, Matheus (orgs.). *O que aprendemos ao pesquisar religião e eleições?* Rio de Janeiro: ISER, 2024. Disponível em https://iser.org.br/wp-content/uploads/2025/02/O-que-aprendemos-ao-pesquisar-religiao-e-eleicoes_pdf.pdf. Acesso em 03 set 2026

Como engajar eleitores fartos do polarizado fla x flu político?



■ **MARIANA BARBOSA** é jornalista e colunista do UOL. Trabalhou nos jornais *O Globo*, *Folha de S.Paulo* e *Estado de São Paulo*. É formada em Comunicação Social pela PUC-SP, com extensão em *World Politics*, na *London School of Economics*, e, em *Economia*, pela FIPE-USP

Bastou uma semana de exposição na mídia para que um candidato minimamente articulado, ainda que com ideias para lá de estapafúrdias, conquistasse um lugar ao sol nas pesquisas de intenção de voto.

O candidato autodenominado “Escritor Augusto Cury”, do Avante, cruzou a barreira dos 10% de intenção de votos nas pesquisas divulgadas no início de setembro, uma semana após as sabatinas da TV Globo, mostrando que o desejo do eleitor por uma alternativa à polarização não deve ser ignorado.

O médico e autor de 70 livros de autoajuda, que soma mais de 35 milhões de exemplares vendidos, acredita que, com um drone e um ministério de Inteligência Artificial, combate-se a violência doméstica e os males do Brasil. Confunde ajuste fiscal com reforma tributária e quer colocar influenciadores nas Embaixadas para vender o Brasil no exterior.

Apesar de se posicionar como uma espécie *outsider* de um centro paz e amor, Cury não resiste a um escrutínio mais aprofundado: seu marqueteiro trabalhou para Jair Bolsonaro em 2019 e 2022. E ele contou com o apoio de outro *coach* de autoajuda da direita, Pablo Marçal, para ganhar tração.

Seu posicionamento parece mais uma fabricação do marketing político do campo da direita — com interesse em embolar o meio de campo eleitoral —, e não causará surpresa se o candidato desidratar na mesma velocidade com que cresceu nas pesquisas.

Sua súbita ascensão, após a sabatina na televisão aberta, no entanto, merece reflexão mais aprofundada. Ela sinaliza que há um contingente expressivo da população que está cansada do fla x flu da política, que não aguenta mais brigar com a família e se desentender com amigos de infância.

Aderir à polarização implica seguir uma cartilha de posicionamentos preestabelecidos que não dá margem ao contraditório nem permite aprofundar as discussões. Afinal, que opção tem o eleitor que reprova as relações do ministro do Supremo Alexandre de Moraes com o Banco Master e acredita que ele deve deixar a Corte, mas não quer ser governado por um negacionista climático? E o que faz o eleitor que aprova a escala 6x1, mas é crítico da condução da economia pelo atual governo?

■ Não polarizados são mais de 20% dos votantes

Mas, afinal, quem é esse eleitor que não se enquadra nem cá nem lá?

O instituto Nexus, que produz as pesquisas de intenção de voto para o banco BTG Pactual, vem fazendo toda semana uma pergunta interessante para medir o grau de polarização da sociedade: “em uma escala de zero a dez, como você se posiciona em relação às seguintes alternativas: “Sou anti-Lula” e “Sou anti-Bolsonaro?”

Na pesquisa divulgada no dia 8 de setembro, feita com 2.002 eleitores, aqueles que “não se engajam nem com o antilulismo nem com o antibolsonarismo” representavam um contingente nada desprezível: 19% dos eleitores. São o que a pesquisa chama de “não polarizados”.

Desde março, essa categoria vem oscilando em torno de 20% e 23%, dentro da margem de erro.

Estamos falando do terceiro maior grupo de eleitores do país. Na liderança da classificação, com 27%, estão aqueles que se posicionam como “bolsonaristas convictos” (se identificam como antilulistas e rejeitam o antibolsonarismo). Já os “lulistas convictos”, no espectro oposto, representam 26% do total de eleitores.

Há, ainda, um contingente de 5% que vê Lula como alternativa: é indiferente ao antilulismo, mas se identifica primordialmente como anti-Bolsonaro. E 8% que é tão anti-Lula que prefere Bolsonaro como alternativa, ainda que sem tanta convicção. O time daqueles que se identificam, ao mesmo tempo, como anti-Lula e anti-Bolsonaro soma 8%.

Os não polarizados estão distribuídos em todo o país, mas a ocupação, a renda, a escolaridade e a fé, chamam a atenção:

Os não polarizados lideram entre aqueles eleitores que fazem parte da população economicamente ativa, mas não trabalham (não ocupados): 37% dessa categoria não se engaja nem com o antilulismo nem com o antibolsonarismo. Só 12% dos não ocupados são Lula convictos e 23%, bolsonaristas convictos.

Em termos de renda, os não polarizados se assemelham ao eleitor do Lula. Somando os eleitores que ganham até 1 salário e de 1 a 2 salários, 49% se enquadram na categoria de “não polarizado”, mesmo percentual dos Lula convictos.

Mas, os não polarizados em geral têm menos escolaridade. Só 11% de quem tem ensino superior é não polarizado. Nessa mesma faixa de escolaridade, 29% é Lula convicto e 31%, bolsonarista convicto.

Os não polarizados podem ser encontrados em todas as igrejas e entre os que não as frequentam. Eles são 22% dos evangélicos, 17% dos católicos e 18% dos que declaram não ter religião. Aqui, entre os não religiosos, o contingente de não polarizado só perde para os Lula convictos. Dentre os eleitores convictos do presidente Lula, 38% se dizem não religiosos.

■ **Candidatura de centro pode arrefecer a polarização**

De Norte a Sul do país, há um eleitor carente de uma alternativa que os represente e, mais uma vez, o país desperdiça uma chance de construir uma saída para a polarização.

O sempre proclamado grande estrategista da política Gilberto Kassab, presidente do PSD, partido que conseguiu eleger um exército de prefeitos na última eleição, escolheu mal a sua terceira via. Os governadores Ronaldo Caiado (PSD), de Goiás, e Romeu Zema (Novo), de Minas, não saem do lugar nas pesquisas. Estão embotados na lanterna com o influenciador Renan Santos (Missão), que, apesar de se colocar como uma alternativa a Lula e a Bolsonaro, é claramente um candidato da direita, com posicionamentos por vezes extremos.

O influenciador e fundador do MBL atrai eleitores nem-nem – nem Lula nem família Bolsonaro –, que, como vimos acima, representa apenas 8% do total de eleitores. O fato de Renan estar estagnado com menos de 5% mostra que ele não consegue atrair o eleitor mais “centrado” ou talvez pacifista, com sua comunicação estridente e propostas beligerantes e radicais como a da fabricação da bomba atômica e o elogio à política de encarceramento de Nayib Bukele em El Salvador, a despeito de graves violações de direitos constitucionais.

Talvez Kassab não quisesse emplacar um candidato com chance de vitória, mas apenas angariar forças para se aliar ao potencial vencedor, como vem fazendo o centrão desde a democratização. Preterido entre os três candidatos da lista de Kassab, o ex-PSDB Eduardo Leite talvez fosse o nome com mais capacidade de angariar a simpatia da centro-esquerda, embora se posicione um pouco mais para à centro-direita.

Muitos vão dizer que o Brasil não está preparado para um candidato abertamente *gay*. O Brasil tampouco estava preparado para um candidato operário — mas até água mole em pedra dura, de tanto bater, fura. Após Lula disputar três eleições, o Brasil não só se mostrou preparado para um candidato da esquerda operária, como Lula segue no poder, liderando as pesquisas para um possível quarto mandato e tendo eleito uma sucessora nesse meio tempo.

Uma ideia nova precisa de tempo para ser assimilada. A candidatura do centro democrático, que vai ser capaz de tirar o Brasil da polarização — equilibrando responsabilidade fiscal e o compromisso genuíno com redução de desigualdade e respeito ao meio ambiente —, precisaria começar a ser semeada hoje para alcançar resultados no pleito de 2030.

Mas não precisamos esperar até 2030.

Para o bem e para o mal, o Executivo Federal deixou de ser a instância com mais capacidade de resolução dos problemas nacionais – perdendo poder para o Legislativo e para as instâncias estaduais e municipais.

Não menosprezamos os pleitos municipais. São as políticas públicas no nível das prefeituras que impactam mais o nosso dia a dia – incluindo o ar que a gente respira. E 2028 está logo ali. No nível federal, ainda há tempo de eleger um Congresso melhor. ■



“O **IRICE** é um *think tank* independente, sem vinculação com partidos ou grupos de interesse e voltado para discutir com profundidade e objetividade temas políticos e econômicos do Brasil com visão de futuro.

Sua missão é fortalecer os valores democráticos do livre comércio.

Ao promover estudos e debates sobre os diferentes aspectos das relações internacionais, o **IRICE** contribui para o exame de formas de reinserção do Brasil na economia global em rápida transformação e nos fluxos dinâmicos do comércio internacional”

Embaixador Rubens Barbosa, Presidente



IRICE)) Instituto de Relações Internacionais
& Comércio Exterior

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2413 – Sobreloja – Conj.B – Jardim Paulistano
São Paulo – SP – 1452-000 – Tel. 11 3039 63 32 – irice@irice.com.br

www.irice.com.br

19 ANOS DE COMPROMISSO COM O DEBATE QUALIFICADO DE IDEIAS E COM A RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE INTERESSE PARA O BRASIL

INTERESSE NACIONAL

ANO 19 • NÚMERO 74 • JULHO-SETEMBRO 2026
www.interessenacional.com.br e www.interessenacional.com

A eleição de 2026 e o Brasil que
já não cabe nos extremos

Sergio Denicoli

Política de segurança econômica é
agenda necessária para o País

Vera Thorstensen

Desenvolvimento industrial requer
política de minerais críticos e estratégicos

Pablo Cesário

Um acordo que não interessa ao Brasil

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Paulo Nogueira Batista

A indústria nacional diante do
Acordo Mercosul-União Europeia

Rafael Cagnin

STF na Nova República: árbitro *sui generis*

André Marsiglia

Fabio Miguel Baraldo

Ensaio sobre a defesa-crítica das
premissas de racionalidade

Salvador Raza

Cinco educadores conversam
sobre 'acupuntura escolar'

Claudio de Moura Castro • José Pastore • Simon Schwartzman
Mario Ghio • Maria Helena Guimarães de Castro

ANUNCIE NA INTERESSE NACIONAL



LeMídia
culivato marcos

Representante nacional e internacional exclusiva desta e de mais de 100 veículos de mídia.

+ 55 11 3078.5840 | www.lemidia.com.br